



UNIVERSIDADE FEDERAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
CURSO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS

PAMELLA NOEMI RODRIGUES GALVÃO

**O IRÃ SOB O GOVERNO DO AIATOLÁ KHOMEINI (1979-1989): A RELAÇÃO
ENTRE O ISLÃ E A POLÍTICA**

JOÃO PESSOA

2020

PAMELLA NOEMI RODRIGUES GALVÃO

**O IRÃ SOB O GOVERNO DO AIATOLÁ KHOMEINI (1979-1989): A RELAÇÃO
ENTRE O ISLÃ E A POLÍTICA**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado
como requisito parcial à obtenção do título de
Bacharel em Relações Internacionais pela
Universidade Federal da Paraíba.

Orientador: Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques
Ferreira

JOÃO PESSOA

2020

Catálogo na publicação
Seção de Catalogação e Classificação

G182i Galvao, Pamella Noemi Rodrigues.

O Irã sob o governo do Aiatolá Khomeini (1979-1989): a
relação entre o Islã e a política / Pamella Noemi
Rodrigues Galvao. - João Pessoa, 2020.
65 f. : il.

Orientação: Túlio Sérgio Henriques Ferreira.
TCC (Graduação) - UFPB/CCSA.

1. Irã. 2. Política. 3. Religião. 4. Revolução
islâmica. 5. Aiatolá Khomeini. I. Ferreira, Túlio
Sérgio Henriques. II. Título.

UFPB/CCSA

CDU 327

PAMELLA NOEMI RODRIGUES GALVÃO

**“O IRÃ SOB O GOVERNO DO AIATOLÁ KHOMEINI (1979-1989):
A RELAÇÃO ENTRE O ISLÃ E POLÍTICA”**

Trabalho de Conclusão de Curso apresentado ao Curso de Relações Internacionais do Centro de Ciências Sociais Aplicadas (CCSA) da Universidade Federal da Paraíba, como requisito parcial à obtenção do título de bacharel(a) em Relações Internacionais.

Aprovado em: 02 de dezembro de 2020

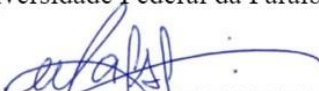
BANCA EXAMINADORA



Prof. Dr. Túlio Sérgio Henriques Ferreira – (Orientador)
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dra. Eliane Superti
Universidade Federal da Paraíba - UFPB



Prof. Dr. Marcos Alan Shaikhzadeh Vahdat Ferreira
Universidade Federal da Paraíba - UFPB

Dedico este trabalho aqueles que serão para sempre
minha maior inspiração, meu amado avô e ao meu pai,
Paulo Galvão e Paulo Galvão Jr.

AGRADECIMENTOS

Ao meu orientador, professor Túlio Ferreira, por ter sido minha inspiração nos estudos de análise de política externa. Por ter aceitado estudar sobre um assunto que não era o seu foco de pesquisa, mas mesmo assim ter me munido de textos imprescindíveis para a minha pesquisa. Obrigada, professor pela confiança, pelos incentivos, pela bondade e paciência que me ajudaram a chegar à conclusão deste trabalho.

Aos meus amigos de graduação, em especial, Priscylla Medeiros e Bruno Ferreira, que fizeram toda a diferença em minha jornada na UFPB. Sou muito grata pela amizade que construímos, por todos os trabalhos que tivemos a oportunidade de fazer, crescer e aprender juntos. A experiência da universidade jamais seria a mesma sem o companheirismo de vocês. E um especial agradecimento à Thais Castro que me ajudou a preparar a apresentação em slides e foi fundamental para a minha aprovação.

A todos os professores do curso de Relações Internacionais (RI) da UFPB, pois são vocês os responsáveis pela minha formação profissional. Sou grata por todo conhecimento adquirido, e pelos bons frutos que pude adquirir através de seus ensinamentos e sei que levarei por toda a vida.

E por fim, à minha família que me proporcionou o caminho para chegar até aqui, pela confiança na minha capacidade e pelos incentivos que recebi por toda a minha vida para poder me dedicar aos meus estudos. Um agradecimento especial aos meus pais que sempre estiveram comigo e ao meu avô, Paulo Galvão, que foi e sempre será a minha maior inspiração para os estudos. E também gostaria de demonstrar minha sincera gratidão à família que me acolheu, aos Borges, em especial, a Humberto, que foi essencial para que eu não desistisse em meio a uma pandemia e pudesse sonhar cada vez mais alto.

“[...] a imagem que você tem do que quer fazer sempre é incomparavelmente superior às cópias a que você tenta dar forma com as mãos. E o mesmo ocorre com tudo o que vemos à nossa volta. Trazemos dentro de nós a noção de que tudo o que vemos à nossa volta poderia ser melhor do que é.”

-Jostein Gaarder, O dia do Curinga.

RESUMO

O presente trabalho expõe a maneira com que se é consolidada no Irã a relação entre o islamismo xiita e a sua política (doméstica ou internacional) após a Revolução Iraniana de 1979. Um olhar pela história do país revela que o regime do Xá Reza Pahlavi foi o responsável pelos caminhos para a Revolução que proporcionou a sua própria queda. Evidencia-se durante o seu regime a Revolução Branca e a aproximação com os Estados Unidos. Sob a liderança do Aiatolá Khomeini, após a Revolução, adota-se uma nova estrutura de governo ancorado no Islã. Ainda, este trabalho apresenta a maneira com que se dá a consolidação de tal governo e o seu impacto no âmbito regional e internacional. Diante dos aspectos analisados, a discussão é pautada em conceitos teóricos das Relações Internacionais usados por analistas na busca de definições para a relação entre a religião muçulmana e a política a partir da Revolução Islâmica.

Palavras-chaves: Irã; Política; Religião; Revolução Islâmica; Aiatolá Khomeini;

ABSTRACT

This research paper presents the way in which is consolidated in Iran the relationship between shii's Islam and their politics (domestics or international) after the Iranian Revolution of 1979. A look through the country's history reveals that Reza Pahlavi Shah's regime was responsible for the course to the Revolution that paved his own fall. It becomes evident in his regime the White Revolution and the proximity with the United States. Under Ayatollah Khomeini's guidance, after the Revolution, a new government structure attached to Islam is established. Yet, this paper presents the way in which occurs the consolidation of such government and its impacts in regional and international scope. Given the aspects analyzed, the discussion is based in theoretical concepts from International Relations used by analysts in the search for definitions to the relationship between Muslim religion and politics from the Islamic Revolution.

Key words: Iran; Politics; Religion; Islamic Revolution; Ayatollah Khomeini.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1. Estrutura de classes (força de trabalho nos anos de 1970)	p. 19
Figura 2. Organograma da Constituição Islâmica	p. 38

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	11
CAPÍTULO 1. O Governo de Reza Pahlavi e os impulsos para a Revolução Islâmica ...	15
1.1 O governo do Xá e a Revolução Branca	15
1.2 O crescimento das tensões e a Revolução Islâmica	19
1.3 A relação Irã e Estados Unidos	25
CAPÍTULO 2. A política Externa da República Islâmica do Irã	29
2.1 O Governo Islâmico	29
2.2 A institucionalização do Governo Islâmico	34
2.3 A consolidação do novo governo	38
2.4 As mudanças de curso na Política Externa Iraniana	41
CAPÍTULO 3. O Islamismo xiita e a política iraniana	46
3.1 O islamismo xiita como fonte de coesão social	47
3.2 O Fundamentalismo muçulmano	49
3.3 A Relação através do soft power	53
3.4 A Teocracia iraniana em um mundo pós-Westfaliano	57
CONSIDERAÇÕES FINAIS	61
REFERÊNCIAS	64

INTRODUÇÃO

Os acontecimentos de 1979 marcaram o Irã com um período de fortes transformações políticas no âmbito doméstico e também para as relações internacionais do país. As movimentações políticas que impuseram a fuga do Xá Reza Pahlavi, o retorno do Aiatolá Khomeini e o estabelecimento de um Governo Islâmico (*Wilayat al-Faqih*, em árabe) foram resultados da Revolução Iraniana de 1979 que, por sua vez, ocorre em uma conjuntura de insatisfação com o governo do Xá, marcado pela intensa desigualdade social e atitudes opressoras, acentuadas a partir da aproximação do Irã com os Estados Unidos da América (EUA) e com os valores ocidentais.

Sendo assim, este trabalho tem por tema: ‘O Irã sob o governo do Aiatolá Khomeini (1979-1989): a relação entre o Islã e a Política’, buscando, portanto, compreender as transformações que ocorrem em tal período no posicionamento do Irã no Sistema Internacional e o papel da religião neste processo. Ambiciona-se responder ao problema: “Como se dá a influência do Islamismo xiita na política iraniana após a Revolução Islâmica de 1979? ”.

Para isso, utilizou-se neste trabalho uma abordagem de caráter qualitativo e como referência metodológica a análise bibliográfica, buscando-se priorizar autores conterrâneos da Revolução, ou seja, iranianos. Portanto, utiliza-se em demasia, autores como Ervand Abrahamian e Abbas Amanat, tendo em vista serem historiadores iranianos que retratam em seus estudos os acontecimentos históricos e políticos do Irã. Assim, tem-se por intuito uma melhor compreensão da perspectiva oriental sobre o objeto em tela, contrastando-se com autores e teóricos das Relações Internacionais como Charles Herman, Peter Demant, Jeffrey Haynes, entre outros.

Os estudos sobre o Irã falam sobre a religião islâmica, representada principalmente pela figura do Aiatolá Khomeini, como sendo um dos principais impulsos para os movimentos revolucionários que ocorrem na década de 1970. Em uma perspectiva histórica, o golpe de 1953 já marcava a ilegitimidade do regime do Xá, bem como a relação do Irã com os Estados Unidos que, adiante alguns anos, com o seu processo de modernização, levariam a sua derrubada (ABRAHAMIAN, 2008; AMANAT, 2017).

Ao procurar analisar a perspectiva religiosa da Revolução Iraniana a partir dos seus efeitos para os contextos domésticos e internacionais, surgem conceituações que definem o movimento como fundamentalista, bem como conceitos que procuram inserir a relação entre política e religião nos paradigmas existentes das relações internacionais, tais como *soft power*, atores não estatais, movimentos sociais, entre outros (HAYNES, 2006; ARMSTRONG, 2001; DEMANT, 2018). O estudo de tal relação acaba por ser inserido no terceiro debate teórico das relações internacionais, a partir da vertente do construtivismo, tendo em vista o reconhecimento da importância dos atores religiosos não-estatais em questões como segurança global, paz mundial ou ordem internacional, possibilitada pelo processo de globalização (THOMAS, 2005).

Evidencia-se, neste processo, a importância de se compreender o papel dos atores religiosos na política (nacional ou internacional). Segundo Haynes (2006), o impacto dos atores religiosos nas relações internacionais é, na maioria das vezes, relacionado com conceitos anti-modernos, como o fundamentalismo religioso. No entanto, tal posicionamento seria equivocado, podendo levar à rejeição de outras compreensões e conclusões. Ele evidencia que atores religiosos podem apresentar preocupações que vão além dos interesses religiosos ou espirituais, se voltando para questões políticas, sociais e econômicas de maneira a desafiar a legitimidade e a autonomia “das esferas seculares primárias”, ou seja, “o Estado, a sociedade política e a economia de mercado, nos contextos domésticos e internacionais” (HAYNES, 2006, p.24).

Portanto, o Aiatolá Khomeini seria peça fundamental não só para a Revolução Islâmica de 1979, mas também para compreender o funcionamento do Estado após a Revolução com o estabelecimento do Governo Islâmico. Segundo Peter Demant (2018), Khomeini foi o maior idealizador e teórico da Revolução, bem como o seu principal estrategista e líder, além de ter sido o governador que moldou o país após o período revolucionário.

A Religião Islâmica, por sua vez, a partir da Revolução de 1979 e devido a atuação do Supremo Líder, Khomeini, assumiria no Irã um papel de preponderância na reformulação de suas políticas. Portanto, o Governo Islâmico (*Wilayat Al-Faqih*) é considerado fundamental, pois representaria o modelo de governo defendido pelo Aiatolá, no qual a soberania pertence a Deus e os seus fundamentos já encontravam-se estabelecidos no Alcorão Sagrado através do Profeta Maomé.

Assim, após a Revolução, o Irã retomaria o seu caráter nacionalista exacerbado, com um intenso enfoque na moral islâmica anti-ocidental, a partir da atuação do Aiatolá Khomeini o que resultaria no rompimento das relações com o Ocidente. O principal exemplo disso foi o corte de relações com os Estados Unidos, a partir da invasão à embaixada e o sequestro de parte do corpo diplomático estadunidense. Além disso, resultaria em um posicionamento de buscar maior interferência na região do Oriente Médio com o intuito de ampliar as suas influências e expandir para os seus vizinhos, não apenas os valores da sua fé, mas também a sua forma de Governo Islâmico. Este deveria ser estendido, em especial, as outras nações muçulmanas, de modo a defender uma unidade islâmica. Então, o Irã passaria a ser visto como uma ameaça xiita dentro do sistema internacional, mas, em especial, no Oriente Médio.

Diante desse contexto, este trabalho tem por objetivo geral, ‘Analisar as transformações de Política Externa ocorridas no Irã após a Revolução de 1979 e explicar o papel principal da Religião Islâmica como agente transformador’, assim, para compreender o objetivo geral deste trabalho, será necessário desenvolver os objetivos específicos, ou seja, 1) Refletir sobre a construção histórica da Política Iraniana, 2) Apresentar a institucionalização da religião no país e 3) Compreender como a Religião Islâmica passa a se relacionar com a Política do Irã.

Para isso, levando em consideração os argumentos de Charles Hermann (1990), este trabalho considerará as seguintes variáveis para analisar as transformações que ocorrem na política externa do Irã: a) a reestruturação doméstica; b) as lideranças políticas; e c) os agentes externos. Sendo assim, em busca de explanar os nexos causais e explicativos dos fatos que ocorreram no Irã em 1979, este trabalho, além da introdução e das considerações finais, se organiza em três capítulos.

O primeiro destes apresenta os principais acontecimentos históricos, políticos e sociais que levaram à derrubada do regime de Reza Pahlavi e a instauração de um processo Revolucionário no Irã. Ainda, este capítulo apresenta uma breve análise sobre o relacionamento entre o Irã e os Estados Unidos e os seus efeitos na política e sociedade iraniana.

O segundo, por sua vez, busca explanar o que é o Governo Islâmico conforme a própria teoria do Aiatolá Khomeini. Evidencia-se a maneira com que ele é institucionalizado através do estabelecimento de uma República Islâmica. Ainda, o capítulo discorre sobre a sua consolidação no Irã e no Oriente Médio e, finalmente, expõe sob uma perspectiva histórica e

tendo por guia teórico Charles Herman (1990), uma breve análise sobre as mudanças de curso em política externa no Irã.

Por fim, o terceiro e último capítulo analisa a nova relação entre a religião islâmica xiita e a política iraniana. É apresentado a maneira com que, após a Revolução Islâmica e consequente reestruturação de poder, o Irã procura transformar o sistema no qual estava inserido, mas acaba tendo que lidar com os constrangimentos impostos pelo mesmo.

CAPÍTULO 1. O Governo de Reza Pahlavi e os impulsos para a Revolução Islâmica

Para melhor compreender as transformações políticas ocorridas no Irã a partir da Revolução Islâmica de 1979, bem como a maneira com que o Islã xiita passa a se relacionar com a política iraniana, é necessário compreender os acontecimentos históricos, políticos e sociais que antecedem e impulsionam a chegada do Aiatolá Khomeini ao poder e, consequentemente, o estabelecimento do Governo Islâmico (*Wilayat al-Faqih*). Assim, este capítulo analisará brevemente o governo do seu predecessor, o Xá Reza Pahlavi, levando em consideração os efeitos de sua administração para o Irã.

O período do governo do Xá Reza no Irã pode ser considerado como sendo uma época de tentativas de modernização e desenvolvimento, marcado por uma série de transformações econômicas, políticas e sociais que foram em sua maioria proporcionadas pelo *boom* do petróleo e pelos benefícios da proximidade política com os Estados Unidos. No entanto, foi também um período de fortes tensões, sejam elas políticas ou sociais que levaram o país à uma revolução que mudou em definitivo os cursos do Estado.

1.1 O governo do Xá e a Revolução Branca

O Xá Reza Pahlavi assumiu o governo do Irã após a saída de seu pai em 1941. No entanto, foi a partir de 1953, após o golpe militar que retira do poder o primeiro ministro iraniano, Mossadeq, que, então, o Xá passa a assumir gradualmente o poder sobre o Estado. Tal golpe e a queda de Mossadeq só foram possíveis devido ao auxílio dos Estados Unidos e do suporte do exército iraniano a Reza Pahlavi, ainda leais ao seu pai.

Segundo Ervand Abrahamian (2008), em meio a um contexto de Guerra Fria, e tendo por objetivo principal a obtenção de uma estrutura massiva de Estado, a partir do ano de 1953, o Xá inicia o seu projeto de expansão baseado em três pilares: o militar, o burocrático e o ‘*court patronage*’¹. Entre tais pilares o militar foi o que continuou a receber tratamento preferencial, tendo em vista o alinhamento de objetivo entre o Xá e os Estados Unidos de transformar o Irã em uma potência regional capaz de trazer estabilidade para a região do

¹ Uma tradução literal seria “patrocínio da corte”. E para o regime de Pahlavi representa a maneira com que o Xá beneficiava aqueles de sua família, ou seja, membros da realeza, bem como aqueles que possuíam altos cargos militares ou no serviço público. Além dos seus próprios empreendimentos financeiros.

Orientes Médio. O retorno do Xá, conforme Abbas Amanat (2017), marcou as principais transformações ocorridas no país, em especial, no que diz respeito a prosperidade das classes médias urbanas e do setor *bazaari*². Além disso, a qualidade de vida da população rural foi extremamente modificada, tendo em vista a reforma agrária proporcionada pelo Xá, bem como as melhorias na educação e nos serviços de saúde.

Sendo assim, é importante ressaltar que tais transformações só foram possibilitadas devido ao posicionamento privilegiado do Irã diante do aumento dos preços do petróleo, e com o consequente aumento das receitas oriundas dos produtos petroquímicos, de maneira que a produção de petróleo passou a ocupar uma posição vital na economia iraniana. Segundo Abrahamian (2008, p. 123, tradução nossa), o Irã durante o regime do Xá se torna “[...] o quarto maior produtor e o segundo maior exportador de petróleo e gás natural do mundo”. Logo após o golpe, em 1954, ocorreu uma reorganização na indústria de petróleo iraniana. Dessa maneira, a *National Iranian Oil Company* (NIOC) se tornou parceiro em um acordo de 50 por cento com uma nova companhia a *Iranian Oil Participants Limited* (IOP) que, por sua vez, era formada por outras 8 maiores empresas de petróleo americanas, britânicas e europeias (AMANAT, 2017).

Além do *boom* do petróleo, a queda de Mossadeq e a aproximação com os Estados Unidos proporcionaram ao Irã a segunda fase mais importante do governo do Xá, correspondente ao período da década de 1960 e início da década de 1970, no qual possibilitou ao Irã um crescimento industrial, desenvolvimento de infraestrutura, direitos educacionais e legais para as mulheres. Assim, em fevereiro de 1963 o Xá leva ao público um referendo a ser votado pelo povo com os seis pontos da Revolução Branca (também conhecida como Revolução do Xá e do Povo), levando 6 milhões de pessoas para votar, incluindo as mulheres que assim o fizeram pela primeira vez na história do Irã (AMANAT, 2017).

A Revolução Branca foi um programa imposto pelo governo que ressalta um novo mandato no regime, contornando a antiga estrutura de poder de maneira a retirar os intermediários que faziam a ponte entre o governo e os seus governados. Sendo assim, tal Revolução se inicia a partir do programa de redistribuição de terras, seguido pela grande

² “Os bazares iranianos, especialmente, o grande bazar de Teerã, desempenharam papéis centrais na história econômica e política do país. “Bazaari” é um termo aplicado à heterogênea classe comercial do Irã localizada em centros urbanos históricos” (HARRIS, 2010, tradução nossa).

campanha de alfabetização, que ocorre principalmente nas zonas rurais, bem como os programas voltados para a saúde, e para a ampliação da participação das mulheres na vida pública e política iraniana. O Irã passa, portanto, por uma pequena revolução industrial com uma forte urbanização e um grande *boom* populacional (AMANAT, 2017).

A promessa do Xá era a de que, com a Revolução Branca, transformaria o Irã em uma “Grande Civilização”, na qual o estilo de vida da sociedade iraniana alcançaria um patamar superior aos dos países europeus, bem como superior tanto ao capitalismo quanto ao comunismo. Dessa maneira, chegaria a ser o quinto país mais poderoso do mundo, perdendo apenas para os EUA, União Soviética, Japão e China (ABRAHAMIAN, 2008).

A reforma agrária constituiu a peça central na Revolução Branca, tendo em vista que ela conseguiu alcançar o objetivo ao qual ela fora designada a fazer, ou seja, minar os notáveis e grandes proprietários de terra. Apesar de que alguns grandes proprietários, incluindo a família Pahlavi, conseguiram manejar a reforma para se tornarem fazendeiros de sucesso (ABRAHAMIAN, 2008). Isso se deu, pois, mesmo na década de 1960, segundo Amanat (2017), além da receita proveniente do petróleo, oriunda da alta de exportação de produtos petroquímicos, o setor agrícola continuou a ser o maior setor da economia iraniana. Era o setor que empregava o maior número de pessoas como lavradores da terra, provendo trabalhos subsidiários e sustentando os proprietários de terra.

Além da reforma agrária, que transformou o lado rural do Estado, Abrahamian (2008) afirma que, a Organização de Planejamento e Orçamentos do governo de Pahlavi elaborou um plano de 5 anos que provocou uma pequena revolução industrial no país. Dessa maneira, ele também afirma que o plano proporcionou melhorias nas instalações portuárias, expansão das linhas ferroviárias, ligando Teerã a Mashhad, Tabriz e Isfahan, bem como o asfaltamento das rodovias principais entre Teerã e as capitais provinciais. Ocorreu também o financiamento de fábricas petroquímicas, refinarias de petróleo, barragens hidrelétricas, siderúrgicas, sendo uma delas inclusive construída pelos soviéticos no ano de 1965 na cidade de Isfahan, assim como um gasoduto para a União Soviética.

Assim como em outros países, a pequena revolução industrial no Irã foi proporcionada pela intervenção do Estado e, principalmente, pelo reforço do setor através do enriquecimento

de empresas locais a partir de uma série de incentivos financeiros e fiscais por parte do governo. Como ressalta Abrahamian,

O estado também apoiou o setor privado erguendo barreiras tarifárias para proteger as indústrias de consumo e canalizando empréstimos a juros baixos por meio do Banco de Desenvolvimento Industrial e de Mineração para empresários favorecidos pelos tribunais. Antigas famílias de proprietários de terras tornaram-se empresários capitalistas (ABRAHAMIAN, 2008, p. 133, tradução nossa).

Além da reforma agrária e da pequena revolução industrial, segundo Abrahamian (2008), a Revolução Branca também incluiu programas sociais voltados, especialmente, para a educação, aumentando significativamente o número de acesso dos cidadãos iranianos da classe rural a todos os níveis educacionais. Assim, conforme Amanat (2017), esta iniciativa teve um resultado, ao menos nos primeiros anos, considerado impressionante para os padrões daquele tempo. Centenas de milhares de crianças, sendo elas meninos e meninas, tiveram acesso à educação em escolas que possuíam estruturas precárias, tendo em vista que geralmente eram formadas apenas por uma única sala para todos os alunos, independente do seu nível educacional. No entanto, para muitos, isso não foi impedimento de que chegassem a um nível mais superior em escolas de melhor estrutura nos distritos ou centros urbanos mais próximos (AMANAT, 2017).

Além dos programas educacionais, Abrahamian (2008) destaca que a Revolução do Xá e do Povo também apresentou programas voltados para a área da saúde e para assuntos que concernem a participação das mulheres, o primeiro fez crescer o número de médicos, enfermeiros, clínicas médicas e leitos em hospitais, de maneira que tais melhorias na saúde proporcionaram um aumento exponencial na população iraniana. Já a inclusão de causas feministas assegurou às mulheres o direito ao voto, a possibilidade de candidatura a cargos eleitos, bem como a oportunidade de servir no setor judiciário, primeiro como advogadas e depois como juízas. Ademais, a Lei de Proteção à Família de 1967, além de aumentar a idade de mulheres para o casamento, também reduziu uma série de poderes que favoreciam aos homens como, por exemplo, o direito ao divórcio, de possuir várias esposas e a custódia dos filhos (ABRAHAMIAN, E. 2008).

Entretanto, a Revolução Branca levou o Irã a ser considerado o país com uma das maiores desigualdades de renda entre os países de Terceiro Mundo, tendo em vista a forte concentração nas mãos do Estado, bem como o fato de que os investimentos realizados pelo

governo não envolviam todo o país. Os investimentos estavam focados, contudo, nas grandes cidades como Teerã, a capital. Segundo Ervand Abrahamian (2008), as consequentes tensões sociais moldaram o caminho para a Revolução Islâmica, enquanto que nas tensões políticas podemos encontrar a forte influência de figuras como a do Aiatolá Khomeini.

1.2 O crescimento das tensões e a Revolução Islâmica

Para Fred Halliday (2005, p. 104), “o estado iraniano, impulsionado por processos externos estratégicos e financeiros semelhantes, estabeleceu o contexto para sua própria derrubada”. Isso se deu, pois, a Revolução Branca não levou o Irã apenas a um crescimento exponencial de sua população, mas também a formação de uma complexa estrutura social. Peter Demant (2018) afirma que o país ainda estava “despreparado para entrar num mundo globalizado” e que o processo “[...] beneficiou apenas uma pequena camada de burgueses e aristocratas proprietários, e empurrou milhões de camponeses para as cidades superlotadas, onde mergulharam na miséria das favelas” (pp. 228-229). Tal estrutura social pode ser representada da seguinte maneira:

Figura 1 - Estrutura de classes (força de trabalho nos anos de 1970)

Classe Alta	
0,1 % Família Pahlavi; Oficiais militares; funcionário público sênior, empresários conectados a corte	
Classe Média	
10% Moderno (assalariado)	13% Tradicional (proprietários)
Profissionais	Clérigos
Funcionário Público	Comerciantes
Funcionários de escritório	Donos de pequenas fábricas
Estudantes Universitários	Donos de oficina
	Produtores comerciais
Classe Baixa	
32% Urbano	45% Rural
trabalhadores da indústria	camponeses
trabalhadores de pequenas fábricas	camponeses quase sem terra
trabalhadores de oficinas	camponeses sem terra
trabalhadores da construção	desempregados rurais
ambulantes	
desempregados	

Diante de tal estrutura, a camada da população que se vê mais prejudicada passa a formar uma oposição contra o regime. Demant (2018) afirma que apesar de tal oposição se iniciar em 1963, devido ao suporte dado ao Xá pelos EUA, ele consegue permanecer no poder por mais quinze anos. Assim, “[...] a base social do regime se restringiu a poucos, até que finalmente quase a totalidade da população estava na oposição” (DEMANT, 2018, p. 229). Tais condições acabam por alimentar uma série de reações hostis contra o Xá pela maior camada da população. No entanto, a principal onda de protestos acontece quando o clero passa a assumir a liderança das manifestações, tendo sido a reforma agrária, a aproximação com o Ocidente e a maior participação das mulheres na vida pública os responsáveis por criar uma série de preocupações entre os setores conservadores da sociedade iraniana.

Em meio ao radicalismo político que emerge das tensões sociais, a figura que mais se destaca dentre os clérigos foi, sem dúvidas, a do Aiatolá Ruhollah Khomeini. Este, segundo Demant (2018), foi o responsável pelo desenvolvimento da teoria de oposição mais significativa, tendo esta sido desenvolvida durante o seu exílio em Najaf, no Iraque entre 1966 e 1978. Abrahamian (2008) aponta que, durante seu exílio, Khomeini foi desenvolvendo sua própria interpretação do Islã xiita que poderia ser descrita como sendo uma forma de populismo clerical.

Em seus discursos, segundo Demant (2018), primeiramente, Khomeini ativou o Karbala³, mito fundador xiita, de maneira a incentivar os muçulmanos a saírem de uma posição de passividade e, sob a liderança dos ulemás⁴, assumir um lugar de resistência contra o Xá, que agora assumia a posição de um novo *Yazid*. O segundo ponto ressaltado em sua ideologia era o de que, para que os muçulmanos pudessem cumprir de fato os seus deveres religiosos, eles precisariam mudar a estrutura de Estado vigente e substituí-la pela de um Estado Islâmico. Dessa maneira, Khomeini desenhou como se daria a estrutura política de tal Estado religioso que, por sua vez, será abordado mais detalhadamente no próximo capítulo deste trabalho.

³ A batalha de Karbala, no Iraque, é o conflito que marca as diferenças teológicas e políticas entre os muçulmanos sunitas e xiitas. O conflito ocorreu em 680, quando o neto do Profeta Maomé, Hussayn, juntamente com seus seguidores foram mortos ao tentar impedir o governo tirânico do califa omíada, Yazid (SZKLARZ, 2019).

⁴ Religiosos ou sábios islâmicos.

Khomeini, no final dos anos 1950 e começo da década de 1960, conforme afirma Abbas Amanat (2017), começa a apresentar uma série de questionamentos a respeito da política doméstica e externa do Irã. Inicialmente levantava questões simples, tal como a realização de atividades conjuntas por meninos e meninas e, posteriormente, passou a apresentar preocupações mais substantivas que iam da legislação da reforma agrária a abertura de relações diplomáticas informais, bem como colaboração econômica com Israel.

Khomeini acusava o Xá e o referendo da Revolução Branca como sendo contra a Sharia Islâmica, afirmando que as medidas tomadas pelo governo eram consideradas pagãs e, portanto, incompatíveis com o Islã. Passando a monarquia a ser considerada como uma ameaça à fé islâmica no Irã. Fora isso, o Aiatolá fazia denúncias de corrupção, apropriação indevida de fundos públicos e o enriquecimento a partir de uma acumulação indevida de bens. Assim, Khomeini ameaçava o Xá de que não ficaria quieto nem calado e que diante de todas essas acusações o governo enfrentaria forte oposição do clero. As demonstrações públicas de Khomeini levaram a uma resposta bastante violenta por parte do regime, resultando na presença do exército nas ruas com tanques e armamentos pesados, ocasionando na morte e ferimento de centenas de pessoas. (AMANAT, 2017)

Uma outra resposta do Xá diante das tensões enfrentadas pelo sistema político iraniano, no ano de 1975, foi a diluição dos dois partidos (*Mardom e Iran-e Novin*) que durante duas décadas foram leais ao regime, e o estabelecimento de um partido único, o *Resurgence Party*. Este partido, por sua vez, conforme os pronunciamentos do Xá,

[...] observaria os princípios do “centralismo democrático”, sintetizaria o melhor do “capitalismo” e “socialismo”, estabeleceria uma linha “dialética” entre o governo e a população, e assistiria o Grande Guia (*Rahbar*) e o Grande Líder (*Farmdandar*) na finalização da sua Revolução Branca e em guiar o povo em direção a Grande Civilização (ABRAHAMIAN, 2008, p. 150, tradução nossa).

Abrahamian (2008) afirma que tal resposta foi inspirada em Samuel Huntington, tendo em vista que no início dos anos 1970 o cientista político lançou o seu livro *Political Order in Changing Societies*, no qual afirmava que a rápida modernização econômica e social gerava novas demandas e, conseqüentemente, uma instabilidade política. Dessa maneira, a solução proposta por Huntington é a formação de um partido único por parte dos governos,

estes “[...] serviriam como uma ligação orgânica com o país, mobilizando a população, transmitindo ordens de cima para baixo e, ao mesmo tempo, canalizando interesses de baixo para cima (ABRAHAMIAN, 2008, p. 149, tradução nossa) ”.

A formação do *Resurgence Party* ocasionou em uma intervenção ainda mais forte do Estado na economia, tendo em vista o controle dos salários de várias camadas da população, bem como a ameaça de intromissão em áreas que não tinha interferido anteriormente, especialmente os comerciantes e os estabelecimentos clericais. Assim, o partido foi considerado por parte dos comerciantes (*bazaars*) como sendo uma afronta, tendo em vista todas as medidas que foram impostas pelo partido na intenção de controlar a inflação (ABRAHAMIAN, 2008).

Já para os clérigos a afronta partiu da proclamação do Xá de ser um líder espiritual assim como era um líder político, pela mudança no calendário muçulmano para um imperial e, pela então tentativa do Estado de “nacionalizar” a religião. Além disso, o Xá criou o ministério das mulheres concedendo a elas uma série de direitos que eram considerados contraditórios a lei islâmica pelos conservadores. Diante disso, os Ulemás reagiram bruscamente contra o partido. Segundo Abrahamian (2008, p. 153, tradução nossa), “o próprio Khomeini denunciou o partido como sendo *haram*, ou seja, proibido, no sentido de ter sido designado a destruir não só os comerciantes e fazendeiros, mas também o Irã e o Islã”.

Consequentemente, ao invés do partido alcançar a estabilidade política desejada, fortalecer a monarquia e a posição dos Pahlavi diante da sociedade iraniana, os seus resultados foram absolutamente contrários. O partido acabou por enfraquecer ainda mais o regime, e trazer um ressentimento da população com a monarquia, alimentando os incentivos necessários para a iminente Revolução Iraniana. Assim, com a criação do partido, ao invés do regime estabelecer novos links com a população, acabou destruindo os que já existiam e, mais que isso, durante esse processo despertou uma série de inimigos (ABRAHAMIAN, 2008).

A partir de 1976, observa-se uma mudança no clima internacional associada a campanha em prol dos Direitos Humanos de Jimmy Carter, presidente eleito nos Estados Unidos em 1977, contrária a anterior Doutrina Nixon, que era considerada a favor dos governos ditatoriais. Assim, inspirados pela campanha de Carter, intensificam-se as ondas de manifestações contra o Xá. Segundo Bill (1978, p. 339, tradução nossa), a visita de Carter ao

Irã em 1978 “[...] tornou os grupos de oposição moderada mais nitidamente contra os Estados Unidos. [...] O que ele conseguiu foi alienar ainda mais os grupos e classes no Irã que passaram o ano lutando contra o Xá”.

No entanto, é ingênuo pensar que o posicionamento internacional dos EUA em prol dos Direitos Humanos foi o único responsável pelas movimentações populares contra o Xá no Irã, ela deve ser vista mais como um estímulo do que uma causa primária da Revolução. A insatisfação com a má gestão, corrupção nos projetos do Estado e as medidas adotadas para estabilização dos preços eram motivos suficientes para incentivar os protestos eminentes nas ruas iranianas (AMANAT, 2017).

Além disso, Amanat (2017) ressalta que as condições de saúde do Xá, diagnosticado com câncer, também trouxe implicações para a estabilidade de seu regime. O sistema político no Irã contava com a imagem de confiança de Pahlavi, ele não poderia ser visto como um homem doente à beira da morte. Ainda em 1977, a morte de Ali Shariati⁵ e de Mostafa Khomeini, filho do Aiatolá, foram vistas pelos iranianos como mártires, sob a responsabilidade do regime. A morte de seu filho coloca Khomeini em um papel ainda mais centralizador como líder da Revolução, mesmo estando exilado no Iraque. Ativistas islâmicos, seguidores e alunos de Khomeini, conhecidos como Clérigos Militantes do Irã, anunciavam que a nação muçulmana do Irã lutaria sem cessar em prol da queda do regime e o estabelecimento de uma sociedade islâmica unitária. Uma afronta direta ao Xá e a seu regime.

Em uma visita do Xá aos Estados Unidos em novembro de 1977, ficou clara que a profunda insatisfação com o regime não se limitava apenas aos estudantes seguidores de Khomeini ou aqueles que se encontravam presencialmente no Irã. A opinião de discentes iranianos que se encontravam fora do Irã, torna a impopularidade de Reza Pahlavi ainda mais evidente em meio as violentas manifestações que ocorrem em frente a Casa Branca norte-americana durante um pronunciamento público entre os representantes dos dois Estados,

⁵ Diante das tensões sociais e em meio ao radicalismo político, além do Aiatolá Khomeini, surge também está outra figura radicalista, Ali Shariati. Conforme Abrahamian (2008), Shariati era um cientista social educado na França, altamente popular entre os estudantes universitários e de nível médio. Além disso, “[...] muitos dão a ele o crédito de transformar o Islã de *din* (religião) e *mazhab* (fê) em uma ideologia política conhecida no Ocidente indistintamente como Islamismo, Islã político, ou Islã radical (ABRAHAMIAN, 2008, p. 145).

Pahlavi e o Presidente Carter, com discursos de manutenção da aliança entre eles (AMANAT, 2017).

A situação fica ainda mais séria a partir de janeiro de 1978, quando os atos de protesto se transformam em atos revolucionários. O estímulo para tal ocorre quando um jornal controlado pelo governo lança um editorial que trazia uma série de denúncias e difamações contra o Aiatolá Khomeini. O editorial levou uma série de seminaristas da cidade de Qom às ruas, resultando em um massacre por parte do Estado. Nestas manifestações os alunos seminaristas

[...] cobravam desculpas pelo editorial; pela libertação de prisioneiros políticos; o retorno de Khomeini; a reabertura do seminário *Fayzieh*; a cessação de ataques físicos contra estudantes universitários em Teerã; liberdade de expressão, em especial para a imprensa; independência para o judiciário; o rompimento de laços com poderes imperiais; suporte para agricultura, e a dissolução imediata do Resurgence Party (ABRAHAMIAN, 2008, p. 158).

Este foi um momento crítico para a Revolução Islâmica, pois após esses eventos fatídicos se iniciam uma série de greves, comícios e violências. Em resposta as violentas manifestações o Xá declara lei marcial primeiro em Tabriz, segunda maior cidade de Teerã, depois expandindo para várias outras grandes cidades incluindo Teerã a capital. Banindo todas as manifestações nas ruas, ordenando a prisão de todos os líderes da oposição, bem como nomeando um general para ser o governador militar na capital do Irã. Tal resposta resulta no que ficou conhecida no Irã como a Black Friday, dia 8 de setembro de 1978, um verdadeiro massacre pelas ruas da capital iraniana (AMANAT, 2017).

A partir desse período até fevereiro de 1979 o Irã vivenciou a Revolução que aboliu a monarquia, e retirou os privilégios da família Pahlavi, bem como de sua elite, de maneira a enfraquecer a sua classe média que era considerada secularizada. Khomeini, o principal líder da revolução, retorna do seu exílio em Paris no dia 1º de fevereiro de 1979, duas semanas após o Xá ter deixado o país. Abbas Amanat (2017) afirma que as primeiras aspirações da Revolução Islâmica eram por democracia, liberdade de expressão e direitos humanos. No entanto, também aspirava ideais de esquerda, de maneira que, de acordo com o contexto histórico do Irã, tal Revolução obteve menos resultados democráticos e liberais do que a Revolução Constitucional que ocorrera 70 anos antes, em 1906.

A Revolução Islâmica torna-se, portanto, um marco da queda da monarquia no Irã e do início do estabelecimento de uma nova estrutura de governo, o Governo Islâmico (*Wilayat al-Faqih*). Se antes, durante o regime do Xá, o Irã buscou a modernização através de uma forte aproximação com os Estados Unidos, após 1979 a política doméstica e externa do país sofre significativas transformações. A maneira com que o Irã passaria a se relacionar com os países da região do Oriente Médio, bem como o resto do mundo não seria mais a mesma.

1.3 A Relação Irã e Estados Unidos

Leva-se em consideração que a Revolução Branca só foi possível devido a participação e o apoio do governo dos Estados Unidos. Tendo em vista que estes foram o principal financiador do Irã, transformando-o em uma potência militar no Oriente Médio, bem como exportando para o Irã os seus valores ocidentais, tanto econômicos quanto sociais. Tais valores provocaram no Irã as mudanças em saúde, educação, bem como sociais, sobretudo, em relação ao papel das mulheres na sociedade iraniana. Evidencia-se como se deu as relações entre o Xá e os governadores norte-americanos, em especial, durante o governo de Richard Nixon (1969-1974). Ademais, é importante compreender o papel que o Irã assumiu para os Estados Unidos no Oriente Médio durante a Guerra Fria, tendo em vista o relacionamento estratégico assumido entre os Estados, consolidado a partir do golpe militar de 1953 e que permaneceu até a revolução de 1979 (HALLIDAY, 2005).

Conforme Abbas Malek (1996), o foco norte americano seja ele em questões políticas, econômicas ou militares, passou a ficar cada vez mais indefinido e complexo de acordo com o aumento da participação internacional de novos Estados e regiões, como no caso do Oriente Médio. Ele também afirma que ao compreender o Irã como um importante ator na política regional do Oriente Médio, torna-se importante para o Ocidente a expansão de suas concepções na região. Segundo Kissinger,

Até a revolução de Khomeini, o Irã e os Estados Unidos tinham sido, na prática, aliados com base numa avaliação pragmática do interesse nacional feita por presidentes tanto democratas como republicanos. Interesses nacionais iranianos e norte-americanos eram tratados pelos dois lados como paralelos. Ambos se opunham à dominação da região por uma superpotência, que naquele período era a União Soviética. Ambos em suas políticas para a região estavam preparados para se basear no princípio do respeito a outras soberanias. Ambos favoreciam o desenvolvimento econômico da região - mesmo quando este não se dava de uma forma abrangente, como seria mais adequado (2015, p.170).

Foram vários os presidentes que passaram pela Casa Branca durante o regime de Reza Pahlavi, de Johnson a Ford⁶, que mantiveram próximas as relações com o Irã, principalmente, em questões de segurança, defesa, energia e investimentos. Tanto a opinião política quanto a opinião pública americana viam o Irã como sendo um aliado indispensável no Oriente Médio, bem como viam o Xá como sendo um agente modernizador para o seu povo (AMANAT, 2017). Malek (1996) afirma que “o número de estudos prévios na cobertura de imprensa dos EUA é testemunha da importância do Irã em assuntos do Oriente Médio, assim como do relacionamento Irã-EUA” (p. 225, tradução nossa).

No entanto, segundo Roham Alvandi (2012, p. 337, tradução nossa), “[...] muitos presidentes frustraram e desapontaram o Xá em suas ambições de tornar o Irã uma potência líder na região”, e apenas durante o governo Nixon, com sua doutrina, que os Estados Unidos puderam contar com o Xá para manter uma estabilidade na região do Oriente Médio. Ele afirma que os interesses de Nixon e Kissinger estavam, em sua maioria, concentrados no conflito árabe-israelense e no petróleo proveniente do Golfo Pérsico que abastecia a economia de seus aliados na Ásia e na Europa. Além disso, Alvandi (2012) afirma que as relações com o Irã eram prioridade na agenda administrativa de Nixon devido ao seu relacionamento pessoal com Mohammad Reza Pahlavi.

A Doutrina Nixon servia, portanto, para que os Estados Unidos pudessem intervir no Terceiro Mundo, incluindo o Golfo Pérsico, de maneira limitada e simplificada. Nixon não queria mais se envolver diretamente em conflitos que não lhe cabiam, por isso com sua doutrina os EUA passariam a “[...] prover assistência material a aliados regionais como Brasil, Indonésia, Irã e Zaire para gerenciar conflitos locais e conter a influência Soviética sem uma intervenção militar direta americana” (ALVANDI, 2012 p. 346, tradução nossa). O maior interesse de Nixon com relação ao Oriente Médio, era saber se o Irã seria capaz de manter a paz e a estabilidade na região após a saída da Grã-Bretanha e evitar que ocorresse uma repetição do caso do Vietnã.

O Xá, por sua vez, pressionou os EUA na tentativa de convencê-los de que com a ajuda militar norte americana, o Irã conseguiria preencher o vácuo deixado pelos britânicos,

⁶ Lyndon B Jhonson (1963-1969); Richard Nixon (1969-1974); Gerald Ford (1974-1977).

sem que houvesse a necessidade de uma intervenção militar direta dos Estados Unidos. Tal posicionamento do Xá, bem como outras atitudes em seu reinado, evidenciam a crença iraniana, conforme Ehteshami (2002) afirma, de que devido a sua longa história e geografia o Irã se enxerga como o único devidamente qualificado para determinar o destino do Golfo Pérsico. Essa crença não se limita apenas ao Xá, mas fica também evidente por parte da elite iraniana. Desse modo, após o golpe de 1953 e, principalmente, próximo a década de 1970, é evidente que o Irã

[...] procurou se tornar a primeira potência militar na região do Golfo, bem como ambicionou se tornar o pilar principal do sistema de segurança Ocidental no Oriente Médio - para resumir, como o Xá mesmo afirmou, “responsabilidades históricas” do Irã (EHTESHAMI, 2002, p. 287, tradução nossa).

Outro fator que possibilitou a confiança e aproximação dos Estados Unidos para com o Xá, ou seja, o posicionamento favorável norte americano ao governo iraniano, foi o posicionamento do Irã a favor de Israel que, por sua vez, dependia em mais de 70% do petróleo persa. Bem como o fato de que, além da Turquia, o Irã era o único outro aliado norte americano que dividia fronteiras com a União Soviética sendo então considerado como uma linha de defesa indispensável para os EUA e seus aliados ocidentais contra a influência comunista na região do Golfo Pérsico (BILL, 1978).

Além disso, é importante ressaltar que são vários os laços econômicos entre os países. Além da questão do preço do petróleo, o Irã, principalmente durante o regime do Xá, era um grande importador dos bens militares americanos. Além disso, “[...] centenas de bancos e empresas americanas estão envolvidas no Irã, e o seu bem-estar financeiro é extremamente influenciado pelos eventos que ocorrem no país” (BILL, 1978, p. 337, tradução nossa). Sendo assim, a credibilidade do Irã foi crescendo diante do governo estadunidense conforme ocorria a sua expansão econômica, bem como o crescimento da classe média iraniana (AMANAT, 2017).

Apesar de ter sido de suma importância para o Irã manter a sua aliança com os Estados Unidos, quanto mais poder o Xá possuía mais independente ficava dos mesmos. Durante o seu regime, o Xá dominou o processo de tomada de decisão em política externa, não confiando esta responsabilidade nem a ministros, conselheiros, ou diplomatas do Ministério de Relações Exteriores, de maneira que enquanto nutria suas relações com os Estados Unidos

e buscava assegurar os seus interesses regionais, ele também nutria o reconhecimento de sua posição diante do sistema internacional (AMANAT, 2017).

Sendo assim, além de manter relações com os EUA e o Ocidente, o Xá também alimentou elos com a União Soviética, com a China e com outros países socialistas. Tendo o Irã mais independência a partir de 1963, ele passa a investir em sua relação com a União Soviética, tornando-a em um parceiro significativo em investimentos e comércio. Além disso, uma série de outros casos regionais passam a trazer preocupações ao Irã, é o caso, por exemplo, das revoluções que fazem cair a monarquia no Iraque e no Afeganistão, bem como a retirada da Grã-Bretanha do Golfo, começando por Kuwait, fazendo com que o Xá inicia-se a projeção do Irã como a nova potência dominante da região. Seguindo esta perspectiva, o Xá tomou uma série de iniciativas militares e buscou atuar de maneira mais significativa e multilateral no sistema internacional (HALLIDAY, 2005).

Segundo James Bill (1978), desde 1971 a imagem estadunidense no Irã começou a assumir um caráter verdadeiramente negativo. Em meio a forte repressão política, isto é, prisões e ataques físicos à classe média iraniana e à organizações religiosas xiitas, os Estados Unidos enviaram embaixadores ao Irã com antecedentes militares, enquanto nos EUA membros da família Pahlavi eram honrados por suas contribuições aos Direitos Humanos. No Irã, essas ocorrências não passaram despercebidas e a classe média, principal formadora da oposição, passou a transferir a culpa dos males enfrentados pelo país do Xá para o governo norte-americano.

Tal relação com os blocos e potências antagonistas, em especial com os Estados Unidos, só perdura até a Revolução Iraniana que, por sua vez, tinha por um dos seus objetivos minar a influência dos valores seculares ocidentais no Irã e na região do Oriente Médio, acusando-os de serem responsáveis de uma má propagação dos valores muçulmanos. Segundo Kissinger (2015, p.170), “a tensão nas relações Irã-Estados Unidos resultou da adesão por Teerã de princípios e retóricas jihadistas com ataques diretos aos interesses e às visões de ordem internacional norte-americanos”.

CAPÍTULO 2. A Política Externa da República Islâmica do Irã

Como já visto anteriormente neste trabalho, Khomeini passa a defender a forma de Governo Islâmico ainda na década de 1960, juntamente com as acusações que fazia ao governo do Xá Reza Pahlavi e à sua Revolução Branca. Assim, este capítulo tem por principal objetivo apresentar a teoria do Aiatolá Khomeini que molda a ideologia a ser seguida na política externa iraniana durante o período em que o mesmo assumiu o poder no país.

Assim, o capítulo explanará a respeito da formação do Governo Islâmico (*Wilayat al-Faqih*), ou seja, quais são os seus princípios, bem como apresentará como se deu a sua implementação no Irã. Por fim, discute-se quais foram as consequências da adoção dessa estrutura de governo para o posicionamento do país diante do Sistema Internacional.

Tendo em vista que o Aiatolá Khomeini foi o grande idealizador do Governo Islâmico, bem como o responsável pela sua implementação, este trabalho leva em conta que os resultados obtidos em política externa a partir desse governo são, portanto, diretamente influenciados pelas crenças e pelas decisões tomadas por aquele que viria a ser Líder Supremo do Irã até sua morte em 1989.

Assim, é importante compreender o que o Aiatolá Khomeini propõe e defende como sendo o Governo do Jurista, a partir de seu livro “*Islamic Government: The Governance of the Jurist (Velayat-e Faqeeh)*”. Neste livro, Khomeini inicia expondo o porquê de haver a necessidade do estabelecimento de um governo que estivesse de acordo com a jurisprudência islâmica, apontando algumas críticas indiretas e diretas ao regime do Xá, bem como faz uso do Alcorão e dos ensinamentos do Profeta Maomé para justificar a nova estrutura de governo que estava propondo. Por fim, explana como deveria ser feita a sua implementação.

2.1. O Governo Islâmico

Ainda em seu exílio no Iraque, Khomeini lança uma série de publicações a respeito do Governo do Jurista, sendo estas fundamentais para o conceito que moldaria a ideologia da Revolução. *Wilayat* (ou *Velayat* em persa), conforme (AMANAT, 2017), é um termo complexo que envolve nuances legais, míticas e históricas. Na jurisprudência islâmica xiita o

líder (ou *faqih*⁷) é incumbido de uma série de deveres legais de supervisão para poder atuar como um guardião, advogado público ou legatário, semelhantes aos deveres de uma dessas funções em um sistema jurídico moderno. A noção de *Wilayat*, portanto, era objeto de debate entre os estudiosos da sharia islâmica. Na perspectiva de alguns o jurista possuía também deveres públicos fazendo intermédio em nome da comunidade com o Estado.

Ademais, segundo Amanat (2017) as interpretações de Khomeini a respeito do papel do jurista estavam em desacordo como o xiismo tradicional. Isso se dá, pois, a jurisprudência islâmica tradicional xiita afirma que estando o Duodécimo Imã em ocultação, qualquer forma de governo temporal (inclusive, uma monarquia) é considerada não santificada e consequentemente tirânica, mesmo que seja um governo liderado por juristas (*fuqaha*- plural de *faqih*). No entanto, ao contrário da visão convencional xiita, a noção de Khomeini sobre o Governo do Jurista defende que durante a ocultação do Imã o jurista tem por dever inalienável tentar estabelecer um Governo Islâmico. Pois, Khomeini defende que, como jurista, existe uma obrigação paralela ao do Profeta e aos Imãs em ocultação de defender os princípios islâmicos de estrangeiros.

Khomeini (1971), defende a necessidade de se estabelecer um Governo Islâmico apontando as circunstâncias sociais nas quais os muçulmanos estavam inseridos, destacando, em particular, as instituições de ensino e evidenciando a situação em que se encontravam a maior parte da população do Irã durante a Revolução Branca - a grande desigualdade social fruto, principalmente, da reforma agrária realizada pelo Xá, e a forte ocidentalização da cultura, em especial, no que diz respeito ao estilo de vida das mulheres iranianas. Tais circunstâncias, por sua vez, seriam provenientes de uma raiz histórica que se caracteriza pela má propaganda a respeito do Islã feita pelos que são considerados como sendo seus inimigos imperialistas. Segundo Demant (2018, p. 235), na visão hegemônica de Khomeini “[...] a intoxicação provocada pelas ideias ocidentais representava o maior perigo ao Irã”.

Em outras palavras, o que Khomeini procura afirmar em seu livro, é a ideia de que o entendimento a respeito do Islã foi corrompido durante muitos anos, inicialmente, devido aos judeus e os seus ideais e, mais adiante, pela penetração de outras culturas imperialistas, em especial as cristãs. Segundo Khomeini (1971) os agentes externos, ou seja, as culturas

⁷ Faqih é um jurista islâmico, o supremo líder do clero.

imperialistas, com a intenção de fazer os mulçumanos, em especial, as gerações mais novas se desviarem do caminho proposto pela religião islâmica e dos seus princípios, espalharam a ideia de que o Islã nada tinha a oferecer, sendo apenas um conjunto de ordenanças direcionadas a menstruação e ao parto.

Ademais, através dessa propaganda a respeito do Islã:

Por vários séculos, como era de se esperar, os estrangeiros traçaram certos planos para realizar suas ambições políticas e econômicas, e a negligência que tomou conta das instituições de ensino religioso tornou possível para eles obterem sucesso. Houve indivíduos entre nós, os ulemás, que tem involuntariamente contribuído para o cumprimento desses objetivos, com o resultado que vocês veem agora (KHOMEINI, 1971, p. 9. Tradução nossa).

Dessa maneira, conforme Khomeini (1971), os britânicos e franceses tomaram vantagem de suas ideias de constitucionalismo de maneira a enganar o povo e esconder deles a natureza de seus crimes políticos. Para Khomeini, tal constitucionalismo e o seu corpo de Lei Suplementar estão em oposição às Leis Islâmicas, violando o seu sistema de governo. Ou seja, para o Islã, sob a perspectiva de Khomeini, o sistema de governo monárquico e hereditário é considerado errado, bem como inválido.

Além disso, o Aiatolá (1971, p. 11, tradução nossa) afirma que “a imposição de leis estrangeiras em nossa sociedade Islâmica tem sido fonte de vários problemas e dificuldades”. Isso ocorre, pois, vários “agentes imperialistas” acham que as punições impostas pela Lei Islâmica, conforme o Alcorão, são consideradas muito severas, já que, conforme a Lei Islâmica as punições são feitas a partir de chicotadas, o número delas varia conforme a gravidade do pecado, por exemplo, o Islã impõe que um alcoólatra deve receber oitenta chibatadas. Khomeini afirma que tais agentes estrangeiros não compreendem que as disposições penais do Islã têm por principal objetivo evitar que grandes nações sejam destruídas pela corrupção.

Assim, acusa que a intenção de tais agentes (acusando também o Xá que seria a marionete das nações ocidentais) é manter o Irã em um estado miserável de maneira que eles possam explorar as riquezas do país, as terras iranianas, bem como os seus recursos humanos. E que, ao invés de se submeterem as injunções do Islã que, por sua vez, provêm soluções para o problema da pobreza, preferem ficar submersos em suas vidas luxuosas. Para Khomeini (1971) essa situação foi criada pelos próprios iranianos sob a influência de atores estrangeiros

através de suas propagandas a respeito do Islã. Assim, eles substituíram “[...] os procedimentos legais e políticos do Islã pelas suas importações europeias, de maneira a diminuir o escopo do Islã a ponto de expulsá-lo da própria Sociedade Islâmica” (KHOMEINI, 1971, p. 15, tradução nossa).

Tendo em vista que a propaganda estrangeira apresenta o Islã como não tendo uma estrutura de governo específica ou de instituições governamentais, Khomeini ressalta que é obrigação para a sociedade muçulmana acreditar na necessidade do estabelecimento do tipo de governo proposto pelo Profeta, bem como se esforçar para que seja estabelecido órgãos para execução da lei islâmica e seus assuntos administrativos. Assim, para defender a necessidade de estabelecimento do governo islâmico a partir do Alcorão, Khomeini apresenta o Profeta Maomé como uma figura política, indo além do aspecto religioso de sua liderança.

Dessa maneira, Khomeini (1971) admite que a Sunnah⁸ e o caminho do Profeta são as primeiras provas da necessidade do estabelecimento do Governo Islâmico, já que, como sendo também uma figura política, o Profeta se “engajou na implementação das leis, no estabelecimento das ordenanças do Islã, e na administração da sociedade. [...] Em resumo, ele preencheu todas as funções de um governante” (KHOMEINI, 1971, p. 18, tradução nossa). Além disso, há também o fato de que Deus, através do Profeta, teria designado um homem para governar a sociedade Islâmica após o profeta, indicando, portanto, a remanescência da necessidade de um governo.

Khomeini (1971) afirma que a Lei Islâmica é progressiva, envolvente e com um sistema compreensível. Além disso, deixa claro que não há nenhum aspecto da vida humana no qual as leis islâmicas não apresentem algum tipo de instrução ou norma já estabelecida. Conforme Khomeini (1971), por natureza, a lei e suas instituições demandam a existência de um executor, tendo em vista que a legislação por si só não é suficiente para assegurar o bem-estar de uma sociedade. Se faz necessário, portanto, a atuação de um poder executivo que atuará na implementação das leis e, assim, permitirá que as pessoas possam usufruir dos benefícios da lei e dos julgamentos justos. Além disso, Khomeini (1971) alega que para que a

⁸ “A prática do Profeta, aceita pelos muçulmanos como a norma ideal para todo comportamento humano.” (KHOMEINI, 1971, p. 18, Tradução nossa).

anarquia e a desordem sejam evitadas, bem como para que não haja corrupção é necessária a formação de um governo.

A natureza das leis islâmicas, bem como as ordenanças divinas da Sharia, por sua vez, aponta que a “[...] lei foi estabelecida para o propósito de criar o Estado e administrar os assuntos políticos, econômicos e culturais da sociedade (KHOMAINI. 1971, p. 20, tradução nossa) ”. Dessa maneira, a Sharia Islâmica seria formada por uma série diversa de regulações de maneira a formar um sistema social completo e, para sua plena execução seria necessária a formação de uma nova estrutura de governo.

O Governo Islâmico é, portanto, um governo que não corresponde a nenhuma outra forma já existente, Khomeini (1971, p.29, tradução nossa) afirma que tal governo “[...] não é tirânico ou absoluto, mas constitucional”. Entretanto, não é constitucional no sentido recorrente da palavra, ele é:

[...] no sentido de que os governadores estão sujeitos a um certo conjunto de condições para governar e administrar o país, condições que estão sujeitas adiante no Alcorão Sagrado e na Sunnah do Mensageiro mais Sagrado. São as leis e as ordenanças do Islã compreendendo este conjunto de condições que devem ser observados e praticados. Governo Islâmico deve, portanto, ser definido como o domínio da lei divina sobre o homem (KHOMAINI. 1971, p. 29, tradução nossa).

O Governo Islâmico é um governo da lei, no qual o poder legislativo e a competência de estabelecer as leis pertencem exclusivamente a Deus. Em outras palavras, Khomeini (1971) declara que a soberania pertence unicamente a Deus e a lei é o seu decreto de modo que a lei islâmica tem autoridade absoluta sobre todos os indivíduos, bem como sobre o Governo Islâmico. Levando isto em consideração, torna-se necessário que o líder de tal governo seja provido de conhecimentos sobre a lei e a justiça. Além disso, “o governante supervisiona o poder executivo e tem o dever de implementar as leis de Deus; não faz diferença se ele é o Mensageiro Mais Sagrado, o Comandante dos Fiéis, [...] ou um *faqih* no tempo presente (KHOMAINI. 1971, p. 34, tradução nossa) ”.

Sendo assim, Khomeini (1971) reitera que é obrigação dos muçulmanos trabalhar para que ocorra o estabelecimento de tal governo. Para isso, afirma que a coisa mais importante a ser feita é a propagação dos seus ideais, ou seja, a difusão dos aspectos políticos, econômicos e legais do Islã, ainda mais do que a propagação dos meios de adoração impostos pela

religião. Além da sua disseminação é necessário instruir as pessoas e convencê-las de que tais ideais são válidos. Tais atitudes, de divulgação e instrução, seriam consideradas de extrema importância diante das “propagandas enganosas” feitas pelos judeus, cristãos e materialistas a respeito do Islã.

2.2 A Institucionalização do Governo Islâmico

A institucionalização da ideologia proposta por Khomeini, ou seja, uma estrutura de governo islâmico ocorre a partir da proclamação da República Islâmica e o estabelecimento de uma nova Constituição no Irã. Logo após seu retorno, Khomeini procedeu conforme o necessário para que ocorresse a instauração da República Islâmica e consequentemente implementação de um governo ancorado no Islã. Isto se torna possível, pois apesar do primeiro-ministro Mehdi Bazargan, ter preenchido o vácuo político proporcionado pela fuga do Xá, Abrahamian (2008) afirma que o governo estava no comando apenas em teoria, tendo em vista que logo após a queda do Xá, Khomeini estabeleceu em Teerã um Tribunal Revolucionário e, na cidade de Qom o Escritório da Mesquita Central.

Em agosto de 1979 ocorreram as eleições para a formação de um corpo constituinte, formado por 73 homens que, por sua vez, formariam uma Assembleia de Peritos (*Majles-e Khebragan*) responsáveis por fazer o esboço da Constituição Islâmica. Dentre os 73 homens a maioria eram discípulos de Khomeini (ABRAHAMIAN, 2008). O Partido Islâmico Revolucionário, pró Khomeini, obteve a maioria dos votos, possibilitando que o mesmo passasse a moldar amplamente as instituições do país. Instaure-se, portanto, um novo regime que, por sua vez, seria uma mistura de teocracia com traços democráticos, ou seja, de maneira que refletia a teoria de Khomeini (DEMANT, 2018).

Segundo Abrahamian (2008, p.162. Tradução nossa), “eles imaginaram uma república que seria Islâmica em nome, mas democrática em conteúdo”, tendo em vista que, segundo Demant (2018), o regime possuía maior influência teocrática, no qual os poderes legislativo e judiciário se concentravam nas mãos do jurista supremo, o *faqih* que, por sua vez, era o próprio Khomeini. O governo e o presidente ficavam responsáveis pela administração cotidiana do Irã e estavam sujeitos a um parlamento, os *majlis* que eram eleitos por voto universal. Foi estabelecido o Conselho dos Guardiões, responsáveis por conferir as leis do parlamento certificando-se de que estas estavam de acordo com a sharia islâmica, caso

contrário possuem autoridade para vetá-las. Já a parte democrática do regime era representado pelo multipartidarismo mulçumano.

A nova constituição híbrida estabelece em seu Artigo 110 quais seriam as autoridades e responsabilidades do Líder (tais atribuições foram ampliadas após a morte de Khomeini em 1989). Assim, a Constituição (IRÃ, 1989) determina que cabe ao líder supremo “determinar de maneira geral o sistema político da República Islâmica após aconselhamento com o Conselho de Discernimento” (Artigo 110), bem como “supervisionar a implementação adequada de tais políticas do sistema” (Artigo 110). O líder também passa a ser “comandante-chefe das forças armadas” (Artigo 110), cabendo a ele a “declaração de guerra, paz e a mobilização de forças”, bem como é de sua responsabilidade “emitir nomeações, demissões e aceitar a renúncia” (Artigo 110) de vários cargos do alto escalão do governo como, por exemplo, as posições mais altas do poder judiciário ou o presidente da mídia de massa da República.

Outros poderes que ficam nas mãos do Líder Supremo são, “a coordenação do relacionamento entre os três poderes do governo, sendo ele o responsável por solucionar os conflitos entre eles” (Artigo 110), bem como “a resolução de problemas no sistema que não possam ser solucionadas por meios ordinários” (Artigo 110). Também fica sob responsabilidade do líder a nomeação do Presidente da República, após a eleição do público, mas a candidatura dos postulantes fica sujeita também a aprovação do Líder e do Conselho de Guardiões. Ainda relacionado a presidência da república, o Líder também pode destituí-lo, caso acredite que seja o melhor a se fazer pelo país. Por fim, o Líder também pode perdoar ou reduzir as penas dos condenados de acordo com os critérios islâmicos. Todos esses atributos podem ser transferidos para outra pessoa caso assim queira o Líder Supremo.

Ao analisar o poder executivo da República Islâmica do Irã observa-se que esta é a única república na qual o presidente não é chefe de Estado, tendo em vista que, de acordo com o Artigo 113 da constituição, “depois da liderança, o Presidente da República é o mais alto funcionário do país. É responsável pela execução da constituição e pela chefia do poder executivo, exceto nos casos diretamente relacionados à liderança. ” (IRÃ, 1989, tradução nossa). Assim, o presidente é eleito por quatro anos, a partir do voto direto do povo, podendo

ser reeleito apenas uma vez (Artigo 114) e a supervisão das eleições são de responsabilidade do Conselho de Guardiões (Artigo 118).

No que concerne as suas atribuições o presidente da República apresenta um papel que está mais direcionado a política externa do Irã, já que é ele o responsável pela assinatura de todos os tratados, transações, contratos e acordos entre o governo do Irã e os demais governos (Artigo 125), que por sua vez precisam ser ratificados pelo *Islamic Consultative Assembly* (Parlamento Iraniano) conforme o Artigo 77 da Constituição. Ele é também o responsável pela aprovação dos embaixadores no estrangeiro que são indicados pelo Ministério de Relações Exteriores, assinando suas credenciais, bem como as credenciais de embaixadores de outros países (Artigo 128).

Ademais, é o presidente quem escolhe os membros do Conselho de Ministros, bem como supervisiona suas funções, sendo ele a cabeça do gabinete coordenando as decisões e, segundo o Artigo 134, “com a cooperação dos ministros determina os programas do governo e implementa as leis” (IRÃ, 1989, tradução nossa)”. Em concordância com o Artigo 113, no qual afirma que o presidente é responsável pela execução da Constituição e líder do poder executivo.

O poder legislativo, por sua vez, é formado principalmente pelo parlamento (*Islamic Consultative Assembly* ou *Majles* em persa) que, por sua vez, é constituído por representantes da nação eleitos diretamente (Artigo 62), permanecendo no cargo por 4 anos (Artigo 63). As comunidades de religiões opostas ao Islã, como o Judaísmo e o Cristianismo tem direito a eleger representantes em número limitados⁹, praticamente um para cada grupo, conforme o Artigo 64. Quanto às atribuições do parlamento, os Artigos 71 e 72 declaram que ele pode legislar leis em todas as questões de acordo com os limites estabelecidos pela Constituição. No entanto, tais leis não podem contradizer os princípios da religião oficial do país, estando sob a responsabilidade do Conselho de Guardiões a avaliação deste assunto.

Em relação ao poder judiciário, o Artigo 156 (IRÃ, 1989, Tradução nossa) afirma que ele é “[...] um poder independente que protege os direitos individuais e sociais e é responsável

⁹ É importante ressaltar que, apesar da participação no Parlamento (sendo este o caráter democrático da República), após o estabelecimento de um Governo Islâmico no Irã, os seguidores de fés distintas ao Islã, em especial os da fé Bahai, sofreram forte perseguição. Tal representação pode ser vista, portanto, como apenas uma camuflagem para uma teocracia autoritária.

por atualizar a justiça”. O chefe do judiciário, a posição suprema do poder judiciário, é designado pelo Líder Supremo, e o cargo precisa ser ocupado por um justo estudioso da jurisprudência (*mujtahid*), tendo conhecimento de questões judiciais e competências administrativas (Artigo 157). Assim, segundo a Constituição (IRÃ, 1989, tradução nossa), o chefe do judiciário exerce a função de “criar as instituições necessárias no Ministério da Justiça de acordo com as atribuições do artigo 156º”, “preparar projetos de lei apropriados para a República Islâmica” e, por fim, empregar juízes que sejam justos e meritórios, podendo destituí-los ou realocá-los, especificando seus cargos e negócios de acordo com a lei.

O Ministério da Justiça, por seu lado, é responsável por todos os assuntos que concernem o relacionamento entre os poderes legislativo, executivo e judiciário, e o ministro é escolhido entre aqueles que são indicados pelo judiciário ao presidente (Artigo 160). Já o Supremo Tribunal é formado de acordo com os critérios estabelecidos pelo chefe do judiciário e tem por principal atribuição a supervisão da aplicação das leis nos tribunais, gerar uniformidade nos procedimentos judiciais e cumprir com as responsabilidades que lhe são atribuídas conforme a lei (Artigo 161).

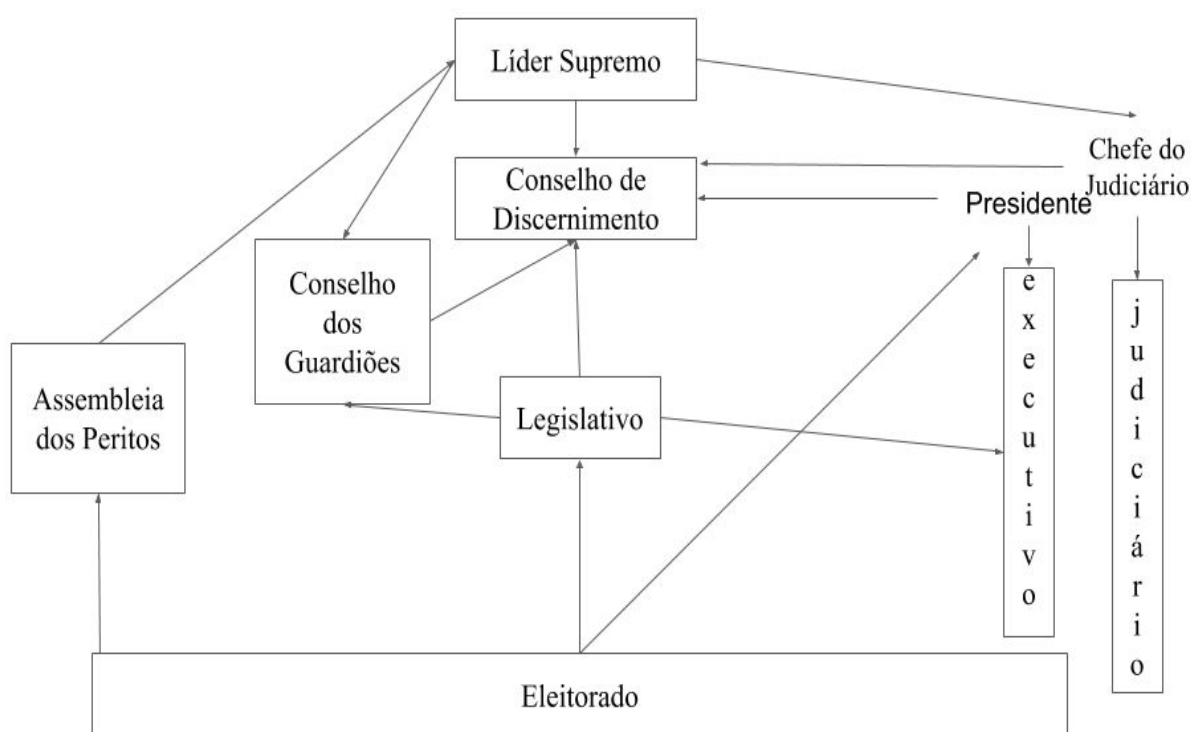
Como foi supracitado, fica notório que a hierarquização burocrática da República Islâmica do Irã se dá de maneira em que o Líder Supremo exerce uma função posicionada no topo do sistema, sendo responsável e tendo influência nos três poderes (Legislativo, Executivo e Judiciário). Essa influência do Líder ocorre, principalmente, através do Conselho dos Guardiões que são os responsáveis por se certificar que tudo esteja de acordo com a Sharia, ou seja, com a jurisprudência islâmica. Enquanto isso, o Presidente da República está à frente do poder executivo e o Chefe do Judiciário à frente do poder judiciário, formado pelo Ministério da Justiça e o Supremo Tribunal. O eleitorado, por sua parte, tem o direito de eleger os seus representantes no Parlamento, ou seja, no poder legislativo, bem como de escolher quem assumirá a presidência. No entanto, todos os candidatos eleitos pelo povo estão sujeitos a aprovação ou não do Líder Supremo.

A Assembleia dos Peritos funciona como um poder intermediário entre o povo e o líder supremo. Ela surge a partir da necessidade de uma assembleia para o esboço da nova Constituição. No entanto, só foi estabelecida nos termos em que é conhecida hoje a partir de 1982 através da emenda feita ao Artigo 108 da Constituição. Conforme o artigo 117 (IRÃ,

1989), os Peritos têm a responsabilidade de eleger o Líder de acordo com as qualificações exigidas. Exercendo, portanto, um papel fundamental em momentos de transição, como na indicação de Khamenei após a morte de Khomeini.

Sendo assim, para uma melhor visualização de como funciona o ordenamento jurídico burocrático na República Islâmica do Irã a partir da Constituição de 1979 segue abaixo um organograma proposto por Abrahamian (2008) indicando a hierarquização dos poderes.

Figura 2- Organograma da Constituição Islâmica



Fonte: ABRAHAMIAN, 2008, p. 165, tradução nossa.

2.3 A consolidação do novo governo

Após a exposição a respeito da interpretação sobre o Governo Islâmico, o estabelecimento da República Islâmica, bem como os princípios da nova constituição que formam uma nova estrutura de poder no Irã, é importante analisar como se deu a consolidação do novo regime em um nível regional e internacional. Tal consolidação ocorre entre os anos de 1980 e 1989, tendo por essência “[...] o desenvolvimento de uma política externa

alternativa, islâmica, para o Irã e para que ele busque mudança efetiva na balança de poder regional a favor das forças islamistas e radicais” (EHTESHAMI, A. 2002, p. 297, tradução nossa).

A característica mais importante desse processo de consolidação pode ser identificada como sendo a rejeição de alianças tanto com o Ocidente quanto com os blocos comunistas no Oriente Médio, tendo por objetivo principal a exportação da Revolução. Um dos maiores exemplos desse esforço anti-ocidental foi a invasão à embaixada norte americana em Teerã, em novembro de 1979, e a manutenção dos funcionários americanos como reféns por 444 dias, levando a uma séria crise diplomática entre os países.

Tal posicionamento é definido por Peter Demant (2018) como anti-ocidentalismo, e poderia ser explicado a partir do que Ehteshami (2002) expõe como sendo resultado de uma preocupação excessiva com a interferência estrangeira em assuntos internos do Irã, dando aos iranianos um senso exagerado sobre a importância do Irã no contexto regional, levando os tomadores de decisão a cometer sérios erros tanto no que diz respeito ao próprio poder e habilidade do país como também ao potencial e motivações de seus adversários.

De maneira complementar ao posicionamento anti-ocidente, Khomeini também defende uma unidade islâmica como sendo a maneira mais adequada para o Irã se inserir no sistema internacional. Tal unidade, refere-se a uma união ideológica ancorada nos ensinamentos do Profeta. No entanto, posterior a sua defesa de unidade, o Aiatolá também sustenta um discurso de exportação da Revolução. Demant (2018, p. 237) afirma que “[...] o compromisso com a exportação da revolução fazia parte integrante da ideologia”, não é à toa que para Khomeini “[...] o Islã constituía um projeto de alcance universal” e dessa maneira, a própria constituição do Irã “[...] proclama o objetivo de um Estado pan-islamita e compromete a República Islâmica a apoiar todas as lutas justas”.

Diante de tal posicionamento do Irã, expansionista e intervencionista, não só os Estados vizinhos, mas também outros atores do Sistema reagiram à consolidação do Governo Islâmico. A primeira resposta veio do Iraque, com a invasão ao Irã. Ademais, os aliados norte-americanos também se posicionaram contra o Irã, em especial, após a invasão à embaixada.

O ideal de exportação da Revolução permanece mesmo após a morte de Khomeini, tendo em vista que desde a década de 1990, uma das formas que o Irã encontrou de atuar no Oriente Médio foi a partir do auxílio a grupos extremistas xiitas que lutam para a destituição do governo em alguns países árabes. Tal abordagem é também conhecida por *proxy wars*¹⁰ ou guerra de procuração. São vários os grupos que contam com o apoio iraniano, é o caso, por exemplo, dos rebeldes Houthis no Iêmen, Hamas e a Jihad Islâmica na Palestina e o mais importante de todos e o primeiro a ser criado, o Hezbollah no Líbano. O Hezbollah pode ser considerado o mais importante, pois foi durante os primeiros anos da República Islâmica que o Irã participou da formação de tal grupo.

Isso se deu, segundo Ehteshami (2002), diante das circunstâncias enfrentadas pelo Afeganistão que possibilitaram ao Irã reafirmar suas autoridades tradicionais, bem como possibilitou um reavivamento islamita no país, moldando para si uma nova base de atividades no país que neste período ainda estava ocupado pela União Soviética. Além disso, dentro desse contexto, o Irã também procurava aprofundar a sua aliança com a Síria ao mesmo tempo em que procurava capitalizar a politização da comunidade xiita no Líbano. Ademais, é válido ressaltar que o Líbano era importante para a consolidação da República Islâmica devido, principalmente, a fatores geopolíticos, tendo em vista que o “[...] Líbano ofereceu a oportunidade de saltar sobre o Iraque e alcançar um eleitorado mais amplo dentro do mundo árabe” (ABRAHAMIAN, 2008, p. 298, tradução nossa).

Outro ponto importante para a consolidação do novo governo, foi sem sombra de dúvidas a guerra Irã-Iraque, na qual o novo regime pode pôr em prática as suas tentativas de exportação da Revolução e alimentar o seu ideal anti-ocidental para com a sua população. Ademais, dentro de suas próprias fronteiras, a ideologia do novo Governo precisava estar assentada em toda a população. Destarte, ocorre no Irã uma revolução cultural, caracterizada por forte imposição estatal na conduta dos indivíduos. O governo desfez várias realizações do regime anterior, tal como a Lei de Proteção à Família, reduzindo a idade mínima de casamento para meninas novamente para treze anos. Também passa a determinar o

¹⁰ “As guerras de procuração são produto da relação entre um benfeitor, que é um estado ou ator não-estatal externos à dinâmica de um conflito existente, e as proxies escolhidas que são o canal para as armas, treinamento, e financiamento do benfeitor. Em resumo, guerras de procuração são a substituição lógica para Estados que buscam promover seus próprios objetivos estratégicos e, ao mesmo tempo, evitar o envolvimento direto em uma guerra, custosa e sangrenta” (MUMFORD, 2013, p.40)

comportamento dos iranianos, incluindo até o modo se vestir, e passou a censurar jornais, livros, filmes, qualquer coisa que apresentasse posicionamento favorável a governos monárquicos ou valores seculares. Até na nomeação de seus filhos os iranianos foram censurados e limitados às concessões do novo regime (ABRAHAMIAN, 2008).

2.4 As mudanças de curso na Política Externa Iraniana

O decorrer dos fatos no Irã serve de exemplo para melhor compreender os fatores que impulsionam os governos/Estados a mudar o curso de suas políticas externas diante do Sistema internacional. Segundo Charles Hermann (1990), as mudanças podem ser dispostas em três maneiras: caracterizadas apenas por pequenos ajustamentos, provocar mudanças de objetivos ou de programas e, por fim, provocar alterações fundamentais na orientação internacional de um Estado. Tais mudanças podem ser analisadas a partir de quatro agentes transformadores que seriam, a partir da direção de um líder, da burocracia, de uma reestruturação doméstica ou de um choque externo.

Hermann (1990) afirma que profundo redirecionamento ou fortes mudanças na política externa de um país são de especial importância para os analistas, tendo em vista que estas impõem novas demandas para as constituintes domésticas dos novos governos estabelecidos. Podendo trazer consequências para outros países e, em alguns casos, para todo o sistema internacional. Ele ressalta, inclusive, que tal transição não precisa necessariamente ser proveniente de um movimento revolucionário, ou de uma mudança total do regime, ao contrário, elas também podem ocorrer apenas diante do reconhecimento da necessidade de se adotar uma postura diferente.

É evidente que, em meio a um contexto de Guerra Fria, o Irã passa por uma série de transformações em suas políticas tanto domésticas quanto internacionais, sendo estas proporcionadas por uma série de fatores que vão desde mudanças burocráticas internas, à influência de outros Estados, em especial, os Estados Unidos, bem como devido a atuação de grandes líderes, seja o Xá Reza ou o Aiatolá Khomeini.

As transformações observadas na política iraniana no período analisado se iniciam a partir do golpe de 1953, quando o Xá enfim assume o poder e, então, o Irã passa por um processo de modernização. Durante o regime do Xá as questões nacionais e internacionais do

Irã foram resultadas do aumento exponencial da receita do petróleo, bem como da proximidade com os EUA e o papel centralizador em suas políticas no Oriente Médio na tentativa de conter a influência soviética na região. Já a partir de 1963 até a metade da década de 1970, apesar da Doutrina Nixon (1969-1974) ter sido de extrema significância para a Revolução Branca e as suas conseqüentes modificações para a sociedade iraniana, fica notório que o Irã também passa por um período de adquirir maior independência dos Estados Unidos o que o leva a atuar de maneira mais diversificada no sistema internacional, estabelecendo parcerias com o outro bloco antagônico.

A partir de 1975, com o estabelecimento do *Resurgence Party*, e os recorrentes movimentos de manifestações da oposição no país, sendo estes também impulsionados pela campanha norte americana em prol dos Direitos Humanos, já no governo de Carter, o Irã passa pelo seu momento de maior instabilidade política interna que o leva a Revolução Islâmica entre 1978 e fevereiro de 1979. Após a Revolução o sistema interno iraniano muda completamente e assim também as suas relações internacionais.

Halliday (2005) aponta que após a Revolução de 1979 enquanto os EUA e URSS temiam que o Irã pudesse se aliar com o bloco antagônico, o Irã assumiu, no entanto, uma postura de continuar buscando um caminho de independência, denunciando as duas grandes potências. Os Estados Unidos como sendo o ‘Grande Satã’ e a União Soviética como o ‘Pequeno Satã’, encorajando movimentos muçulmanos contra ambos os blocos. Assim, o Irã passa a ser antagonista das duas potências, principalmente, a partir da invasão da embaixada norte americana em Teerã, e pela oposição a intervenção soviética no Afeganistão

Sendo assim:

Sob a influência do Aiatolá Khomeini, o Irã adquiriu um grande grau de liberdade em sua formulação de política externa e em exercer sua influência na região. A liberdade de agir “independente” de poderes externos, é claro, tinha sido um dos principais objetivos da revolução, mas em relação à formulação de políticas essa nova liberdade apreciada foi reforçada pela dominação dos clérigos do estado iraniano autônomo de longa data, fundada como antes com o seu monopólio de receitas dos recursos de hidrocarbonetos do país (EHTESHAMI, A. 2002, p. 289).

Considerando Amiri e Soltani (2010), a política externa do Irã no período de 1981 até 1989 é dominada por uma forte abordagem ideológica, tendo em vista a crença de seus

idealizadores de que as atitudes tomadas nos assuntos internacionais deveriam ser também baseadas nos princípios islâmicos. Assim, a política iraniana passa a ignorar a então organização do sistema internacional e busca substituir as normas regulares dominantes no sistema por normas islâmicas do Irã. Os conservadores que apoiavam o governo acreditavam que assim eles conseguiriam exportar a revolução para outros países do Oriente Médio. Para isso o Irã passa, então, a assumir uma postura mais intervencionista com os países vizinhos levando a uma série de hostilidades, principalmente, entre o Irã e o Iraque.

Ehteshami (2002) identifica esse mesmo período (de 1981 a 1989) como sendo o que ele determina como a fase “rejeicionista”, concomitante a guerra Irã-Iraque, onde o Irã encontra-se isolado devido ao combate contra Saddam Hussein, e pelos desacordos com outros países da região. Segundo o autor, o isolamento iraniano era parcialmente por causa da abordagem pro-Iraque das forças árabes moderadas e, por outro lado, devido ao posicionamento mais rígido adotado pelo Irã em fóruns internacionais. Assim, o Irã só contava com a Síria como seu aliado. Mantinha um relacionamento amigável com Iêmen e a Líbia, bem como mantinha um relacionamento normal com a Argélia, Paquistão e Turquia, mas sem desenvolver laços estratégicos. Diante de tais circunstâncias, a política regional do Irã na década de 80 passa a revelar um esforço multidimensional para superar o isolamento e alcançar a penetração em áreas próximas a Teerã.

A guerra Irã-Iraque (também abordada mais adiante neste trabalho) se arrastou durante oito anos levando ambos os países a exaustão e com um número absurdo de mortos, até 1988 quando Khomeini aceita o armistício entre o Irã e o Iraque, a partir da Resolução 598 do Conselho de Segurança. Conforme Ehteshami (2002) o armistício abriu portas para a normalização das relações do Irã com seus outros vizinhos árabes do Golfo, bem como “indicou o interesse iraniano em desenvolver uma estrutura de segurança viável para a sub-região em cooperação com todos os seus vizinhos árabes” (p. 299, tradução nossa).

O término dos conflitos com o Iraque também abriu as portas para que o Irã estabelecesse novas relações com Moscou, tendo em vista que estes tinham o Iraque como o principal aliado árabe. Resultando, portanto, em um acordo multibilionário em negócios e em uma cooperação militar entre o Irã e a União das Repúblicas Socialistas Soviéticas (URSS),

acordos estes que fomentaram o caminho para os laços políticos, econômicos e militares entre o Irã e a Rússia mesmo após a queda da União Soviética (EHTESHAMI. 2002).

Assim, Ehteshami (2002) aponta esse momento da política externa do Irã como sendo o de ascendência de uma linha pragmática, sendo marcada pelo “ponto a partir do qual se poderia dizer que o “Termidor”¹¹ da revolução iraniana começou (p. 299, tradução nossa) ”. Conforme Abrahamian (2008), a mudança de poder ocorreu de maneira suave, tendo em vista que próximo a sua morte Khomeini ainda participou do processo para nomear o próximo Líder Supremo do Irã, designando o Aiatolá Khamenei, na época presidente da república, para tal função, bem como ainda realizou uma série de emendas na nova constituição. No lugar de Khamenei, Rafsanjani é eleito a presidência da república.

Ao assumirem o poder, Khamenei e Rafsanjani, dão início o Termidor iraniano, “[...] tomando medidas imediatas para liberalizar a economia, apesar de evitarem o rótulo “liberal”- um termo intimamente associado na mente pública com intelectuais seculares, Bazargan, e o Ocidente (ABRAHAMIAN, E. 2008, p. 183, tradução nossa) ”. Sendo assim, uma série de médias são tomadas, tais como a redução do número de ministérios, redução da impressão de moedas, o Irã passou a importar bens essenciais com o intuito de aliviar a escassez, iniciou a abertura de áreas de livre comércio e, o mais importante, reduziu o orçamento direcionado para a defesa.

Além da abertura para o comércio internacional e os ajustes feitos no orçamento público, o Irã continuou a investir em programas de desenvolvimento tais como educação, saúde, energia, entre outros. Outra medida mundialmente reconhecida, foi o sucesso em seu programa de controle populacional através da promoção do controle da natalidade. Para isso, o Irã encorajou as famílias a reduzirem o número de filhos a partir a abertura de clínicas de controle de nascimento, distribuição de meios contraceptivos, educação sexual nas escolas, bem como desencorajou o casamento poligâmico.

¹¹ “Termidor pode ser definido como a fase final de uma revolução em que os revolucionários de linha dura são cada vez mais desafiados por reformistas e/ou revisionistas. Geralmente é produto de, ou acompanhado por, uma reação popular às políticas revolucionárias. As reações termidorianas não afetam todos os governos e/ou movimentos revolucionários, mas principalmente aqueles que são (i) formados por coalizões nas quais o poder é compartilhado por diversas facções, e (ii) onde a legitimidade é derivada de uma figura carismática abrangente (ex.: Robespierre, Lenin, Ebert, Khomeini, Ortega). (WELLS, 1999, p. 27) ”.

Apesar de todas essas mudanças, o governo iraniano manteve o seu posicionamento contra o governo norte-americano, continuando a ser considerado uma ameaça tanto aos americanos quanto a Israel. Na perspectiva iraniana, a forte retaliação norte americana, com uma série de sanções e embargos, envolvendo não só os EUA, mas também os seus aliados, era responsável por levar o país à uma forte recessão econômica, com alta na inflação e uma taxa de desemprego chegando aos 30%. É nesse contexto que Rafsanjani encerra o seu mandato como presidente, impedido pela constituição de se reeleger uma terceira vez, abrindo espaço, portanto para a eleição de Sayyed Mohammad Khatami, responsável por transformações ainda mais significativas no Irã pós Revolução de 1979.

Há quem considere o governo de Khatami como sendo o verdadeiro termidor iraniano, já que, além de possuir uma reputação liberal, a sua campanha para presidência envolveu uma série de novos termos-chaves, tais como democracia, pluralismo, sociedade civil, entre outros. Além disso, foi a partir do seu governo que o Irã passou a lançar campanhas para melhorar as relações do país com o resto do mundo, tanto que o Reino Unido volta a estabelecer relações diplomáticas com o país que haviam sido rompidas desde 1979. Com certeza todo esse liberalismo político inquietou o lado mais conservador iraniano, levando, em 2005, a eleição de Mahmoud Ahmadinejad, sendo este presidente alinhado com os conservadores.

CAPÍTULO 3. O Islamismo xiita e a Política Iraniana

Scott Thomas (2005) em seu livro *“The global resurgence of religion and the transformation of international relations”* busca explicar a maneira com que cultura e religião têm sido marginalizadas nos estudos teóricos da ciência política e das relações internacionais. Esta marginalização seria fruto, principalmente, do processo de modernização e a consequente separação dada entre os assuntos políticos e a religião após os preceitos estabelecidos pelo tratado de Westfália em 1648.

Dessa maneira, diante dos acontecimentos internacionais não só impulsionados, mas também revestidos de valores religiosos, tais como a Revolução Iraniana de 1979 e acontecimentos posteriores como o 11 de Setembro, surgem novas discussões a respeito da interação política e religião, fazendo-se necessário a transformação do entendimento que prevalecia até então. Diante da perspectiva de analistas e cientistas políticos os acontecimentos no Irã não foram esperados ou sequer previstos, pois uma Revolução Islâmica “[...] não deveria acontecer em um país em desenvolvimento participando tão completamente em modernização e ocidentalização” (THOMAS, 2005, p. 1, tradução nossa).

Ademais,

Antes da revolução começar, a ideia de que havia uma crucial dimensão cultural e religiosa aos eventos que ocorreram - de que realmente era uma reação *religiosa* a rápida modernização e ocidentalização do regime- foi despercebida pela elite elaboradora de políticas (THOMAS, 2005, p.2, tradução nossa).

Sandal e Fox (2013) em seu livro *“Religion in International Relations Theory: interactions and possibilities”* propõe maneiras nas quais a religião pode influenciar a política internacional, buscando comprovar que o estudo de tal relação se encaixa nas vertentes teóricas existentes dentro das Relações Internacionais. Segundo os autores (p.12, tradução nossa), tendo em vista que a “religião consiste em um fenômeno multifacetado que tem influências transversais em todos os níveis da sociedade e da política”, a sua influência nas relações internacionais não pode ser tida como singular ou monolítica.

3.1 O islamismo xiita como fonte de coesão social

O islã xiita pode ser considerado como um elemento de coesão social no Irã. É tão importante para a história do país e para a construção de sua identidade nacional que passou a caracterizar o nacionalismo iraniano muito tempo antes do início das tensões que levaram à Revolução Islâmica. A identidade islâmica xiita é para os iranianos uma herança do Império Safávida para a Pérsia.

Marjane Satrapi (2007), ao ilustrar em quadrinhos a história do Irã revolucionário, inicia pontuando que ao serem dominados pelos árabes em 642 os persas adotaram a sua religião, o islã. No entanto, o fizeram na forma de um islã de vencidos, subterrâneo e revolucionário, portanto, o xiismo. Após a invasão árabe a Pérsia deixou de existir como uma nação independente por mais de oito séculos, até o seu renascimento no século XVI pelos safávidas, uma dinastia turcomena, mas xiita.

O Império Persa, possuía uma forte noção de nacionalismo, enxergando a si mesmo como superior aos demais impérios em especial em um sentido cultural. O seu projeto imperial, “[...] representava uma forma de ordem mundial na qual as realizações culturais e políticas, assim como a segurança psicológica, desempenhavam um papel tão importante como os das tradicionais conquistas militares” (KISSINGER, 2015, p. 152). Em outras palavras, a Pérsia detinha uma forte autoconfiança, e baseava as suas relações de maneira a sempre priorizar e manter a sua cultura superior as demais.

Kaplan (2013) aponta que foi através dos safávidas¹², no século XVI, que ocorreu a implementação do xiismo duodecimano na região, “[...] que aguarda pelo retorno do Décimo-Segundo Imã, um descendente direto de Maomé, que não está morto, mas em ocultação” (p. 279), tendo por intuito principal o estabelecimento de um Estado estável no planalto iraniano. Ao serem conquistados pelos árabes, os persas adotaram a sua religião, mas resistiram na conservação de seu idioma e na inserção dos seus legados culturais do império na nova ordem estabelecida no Oriente Médio pelo Islã. Dessa maneira, “a Pérsia acabou por se tornar o centro demográfico e cultural do xiismo - primeiro como uma tradição dissidente

¹² “Os safávidas eram uma dentre uma série de irmandades de cavaleiros de origem mista- turcos, azeris, georgianos e persas- que, em fins do século XV, ocuparam a região do planalto montanhoso entre os mares Negro e Cáspio, onde o Leste da Anatólia, o Cáucaso, e o Noroeste do Irã se encontram (KAPLAN, 2013, p. 278)

no interior do domínio árabe, mais tarde como uma religião que teve início no século XVI (KISSINGER, 2015, p. 154) ”.

Dessa maneira:

O xiismo foi um fator importante na consolidação do Irã como nação-Estado moderna, processo para o qual contribuiu também a iranização de minorias xiitas não pérsicas durante o século XVI. O Irã podia ser um grande Estado e nação desde a Antiguidade, mas foram os safávidas, ao introduzir o xiismo no planalto iraniano, que o muniram das ferramentas necessárias para o período moderno. Com efeito, o Irã revolucionário de fins do século XX e princípios do XXI é uma expressão adequada desse legado poderoso e singular (KAPLAN. 2013, p. 279).

O entendimento do Irã como uma nação islâmica, portanto, passa a fazer parte da identidade cultural dos iranianos a partir do século XVI e permanece até os dias atuais, sendo de extrema significância nos tempos do governo do Xá Reza Pahlavi, no qual observa-se uma reação de forte oposição ao regime, fruto também dessa percepção mais conservadora e religiosa por parte da sociedade iraniana. Ou seja, nas décadas de 1960 e 1970, durante a Revolução Branca, as tensões políticas e sociais também podem ser vistas como consequências de uma forte consciência religiosa da população de um modo geral, tendo em vista que apesar das modernizações propostas, “[...] a revivescência religiosa do país revelou que muita gente não se contentava com essas conquistas exteriores” (ARMSTRONG, 2001, p.338).

Para os iranianos, a liberdade material imposta pelo ocidentalismo e pela modernização norte-americana eram considerados frutos de um conjunto de valores contrários à moral islâmica, de maneira que, conforme Armstrong (2001) “[...] o iraniano que se sentia preso na superfície material da existência achava que perdera a alma” (p.338).

Sendo assim:

Durante a Revolução Branca alguns se convenceram de que o materialismo, os bens de consumo, os divertimentos e valores estrangeiros envenenaram sua sociedade ocidentoxidada. Ademais, o xá, com o entusiástico apoio dos Estados Unidos, parecia disposto a destruir o islamismo, fonte da espiritualidade da nação. Exilou Khomeini, fechou a madrasah Fayziyyah, insultou o clero e cortou seus rendimentos e matou estudantes de teologia (ARMSTRONG. 2001, p. 338).

Próximo aos anos da Revolução Islâmica, a sociedade iraniana passou a relacionar os Estados Unidos e o Xá com os personagens do principal mito fundador xiita, o Karbala - já visto anteriormente neste trabalho. Ou seja, enxergavam os Estados Unidos como Yazid e

Pahlavi como Shimir, general que massacrou o exército de Husain. Assim, para os iranianos, o governo norte-americano, juntamente com seus ideais, teria corrompido Pahlavi enquanto que Khomeini passaria a ser visto, a partir de uma perspectiva xiita, como uma “[...] alternativa islâmica para a ímpia ditadura contemporânea” (ARMSTRONG, 2001, p. 338).

Dito isso, é válido ressaltar a importância do caso iraniano para o estudo das relações internacionais, principalmente, quando se está abordando o tema política e religião. Apesar do Irã ser analisado por autores como Armstrong (2001) e Haynes (2016) em um mesmo patamar que outras nações também fortemente influenciadas pela religião, é importante evidenciar que o Irã assume uma postura nunca antes vista na história.

Amanat (2017) afirma que a Revolução Iraniana de 1979 poderia ser comparada em um mesmo patamar de intensidade que a dominação da Pérsia pelos safávidas e o estabelecimento do Islã xiita como religião oficial. A Revolução Islâmica passa a ser uma das mais significativas da história mundial, juntamente com a Francesa (1789) e a Chinesa (1949), e o fator que a torna tão relevante, além da derrubada de um regime autoritário para o estabelecimento de uma teocracia, é a sua natureza política e religiosa. Mais que isso, ela ultrapassa a visão concebida de revolução política apresentada pelo ocidente, tendo em vista que não é caracterizada por um ethos secularista, ou seja, baseada em valores seculares, mas, pelo contrário, é baseada em princípios religiosos, apesar de ter por impulsos questões sociais e políticas referentes ao governo do Xá Reza Pahlavi.

Ao levar em consideração uma perspectiva regional e global a Revolução Islâmica do Irã foi a primeira e única movimentação popular no mundo muçulmano que sustentou e levou adiante uma agenda ideológica. O consequente estabelecimento de uma República Islâmica revigorou o ativismo islâmico pela comunidade muçulmana e foi impulsionado para além das aspirações socialistas e nacionalistas do pós-colonialismo. Além disso, a Revolução evidencia a potência do Islã politizado que transforma a oposição do Irã em uma revolução unificada pelos mesmos princípios, afetando fortemente outras movimentações com inspiração islâmica em outros Estados vizinhos (AMANAT, 2017).

3.2 O Fundamentalismo muçulmano

A Revolução Islâmica acaba sendo inserida, por atores como Demant (2018) e Karen Armstrong (2001), na segunda onda de fundamentalismo muçulmano para poder fazer a relação entre os movimentos religiosos com os acontecimentos políticos. Por fundamentalismo muçulmano, Demant (2018, p. 194) afirma que o termo é considerado um “neologismo impróprio”, tendo em vista que o termo ‘fundamentalismo’ refere-se a um movimento de vertente cristã protestante norte-americana.

O movimento fundamentalista cristão surge por volta do século XIX, sendo fruto do Iluminismo, da Revolução Francesa e da Revolução Industrial em resposta aos processos de modernização. Conforme Demant (2018), a modernidade impulsionou a perda da credibilidade na fé e uma crescente tendência de substituição pela ciência, junto com a perda de credibilidade tem-se também a perda do sentimento de pertencimento à uma comunidade.

Ademais, a modernização e abandono da fé foi para os pequenos-burgueses um processo de perda e alienação, tendo em vista que estes não se beneficiavam das trocas desiguais, sofrendo então um declínio socioeconômico e ficando suscetíveis a ideologias que pudessem promover um retorno aos contextos de pré-modernização. Dessa maneira, “dois tipos de ideologia tiveram ressonância entre esses grupos: na forma secularista, o nacionalismo extremo (cujo prolongamento foi o fascismo); e na forma religiosa, o fundamentalismo” (DEMANT, 2018, p. 197).

Os fundamentalistas oscilavam seu posicionamento entre isolamento e proselitismo um tanto quanto agressivo, no entanto, mantendo em comum a recusa ao secularismo e o apelo para o retorno aos fundamentos da fé cristã que foram diluídos pelo modernismo. Assim, autores como Demant e Armstrong afirmam que na atualidade existem versões fundamentalistas de várias outras religiões, tais como no judaísmo, budismo, hinduísmo, bem como no Islã. Tal reação fundamentalista teria chegado atrasado ao Oriente, sendo consequência do imperialismo e da colonização, no qual a secularização passa a se associar à expansão ocidental.

Além disso, Demant (2018, p. 199) afirma que, dentro desse contexto de dominação, para conseguir reassumir “o controle sobre o próprio destino coletivo”, os povos apresentaram três atitudes diferentes. A primeira delas corresponde ao abandono das tradições nativas e o

acolhimento a ocidentalização, o segundo, por sua vez, condiz com uma versão mais tradicionalista, no qual se tem a rejeição a modernização e uma tentativa de preservação dos valores culturais locais. Por fim, a opção de adoção de uma forma mista, no sentido de adotar certas técnicas da cultura ocidental, mas preservando os valores da própria civilização.

Sendo assim, tendo em vista que a Revolução Islâmica promove essa recusa aos valores ocidentais e à modernização, bem como não só busca, como promove, o retorno praticamente absoluto aos valores religiosos que antes eram fortemente empregados na sociedade iraniana, ela é então encaixada pelo autor como fundamentalista. Mais que isso, Demant define o islamismo como sendo o fundamentalismo muçulmano. Concluindo que:

[...] o islamismo é uma ideologia política antimoderna, antissecularista e antiocidental, cujo projeto é converter o indivíduo para que se torne um muçulmano religioso observante, é transformar a sociedade formalmente muçulmana em uma comunidade religiosa voltada ao serviço a Deus e estabelecer o reino de Deus em toda a Terra. A tendência fundamentalista é provavelmente a vertente predominante no islã atual. É, todavia, um fenômeno recente, cuja forma atual se desenvolveu só nas últimas décadas, em reação à modernização globalizante - no Oriente Médio em particular (DEMANT, 2018, p.201).

Além disso, Demant (2018, p. 299) acredita ser importante entender o fundamentalismo como “[...] tanto uma ideologia política quanto um movimento social”. Assim, no caso do islã, o fundamentalismo “[...] esconde um modelo teocrático de sociedade como alternativa à influência ocidental, cujos símbolos e valores centrais ele rejeita: o secularismo e o individualismo”. O fundamentalismo muçulmano, portanto, “[...] transforma o Islã de religião em ideologia” (Demant, 2018, p. 302), possuindo uma certa obsessão constante em transformar o mundo, tentando impor ao restante do sistema aquilo que considera como sendo o ideal, ou seja, o caráter autêntico de um muçulmano.

Entretanto, apesar de ser islâmica, a principal força motriz para a Revolução Iraniana não foi a religião muçulmana, muito menos este foi o seu único incentivo. A Revolução Iraniana foi, a priori, consequência das manifestações políticas e sociais consequentes da insatisfação majoritária com os efeitos da administração do Xá para a população do Irã. Os iranianos revolucionários reivindicavam valores que não são unicamente religiosos, mas sim valores considerados modernos, relacionados ao liberalismo e a democracia. Dessa maneira, Armstrong (2001, p. 338) afirma que a Revolução “[...] não teria sucesso sem a colaboração

de muitos secularistas, que, embora não sofressem de mal-estar espiritual, uniram-se aos ulemás só para livrar-se do Xá”.

Ademais, segundo Amanat (2017), o próprio Khomeini se beneficiou dos frutos de décadas de fúria contra o Xá de maneira a construir o seu monopólio de poder. O Xá traçou o próprio caminho para uma revolução popular, sendo este a única resposta possível a sua conduta autoritária. No entanto, o Irã possuía uma classe média desprovida de autonomia política o que torna compreensível a ascensão de uma figura como o Khomeini, considerado semi-profeta. Quando a Revolução foi nomeada “Islâmica” e desencadeou no estabelecimento de uma República Islâmica, torna-se evidente que por “Islâmica” não se estava referindo ao respeito à moral e valores da fé muçulmana diante de um sistema constitucional secular. Mais que isso, significava o estabelecimento de um estado radical com fundamentos teocráticos, sendo adicionando aqui uma generosa dose de anti-ocidentalismo.

O islã é, portanto, peça fundamental da Revolução como fonte de coesão social. A Revolução é islâmica, mas os impulsos que levam até ela são políticos e sociais. O nacionalismo iraniano é exacerbado pela repressão do Xá, levando as classes a encontrarem no clero e na religião o vínculo que permitiria a unidade necessária para concretizar a Revolução, mesmo entre aqueles que não se incomodavam com a secularização iraniana. É importante evidenciar que a Revolução não contou apenas com a parcela conservadora da população, mas também com os comerciantes, com a burguesia iraniana que também acreditavam estar sendo prejudicados economicamente pelo regime do Xá.

A ideia de uma República Islâmica foi bem aceita pelo público, pois o islã xiita já fazia parte da identidade e do reconhecimento cultural do povo iraniano. Então, para eles, aceitar uma República Islâmica, era também ser a favor de um movimento nacionalista pró-Irã. Isto significaria um retorno aos valores culturais iranianos “originais”, o que a população não esperava era que o governo pós-Revolução seria ainda mais opressor do que o anterior, a diferença, é que agora a opressão tinha por base os princípios religiosos.

Dessa maneira, ao analisar a relação entre política e religião, no caso do Irã pós-Revolução de 1979, é de demasiada importância caracterizá-la como única e que apresenta uma postura diferente de outros países que também se encontram sob a influência da religião em seus processos de tomada de decisão. Torna-se evidente que os impulsos para a Revolução não consistem unicamente em fatores religiosos. No entanto, o islã, bem como os ideais propostos por Khomeini serviram não só de coesão social, mas como esperança de uma

nação mais próxima a identidade cultural histórica do Irã, juntamente com a sua preponderância e independência na região do Oriente Médio, longe da influência secular e imperialista norte-americana.

3.3 A relação através do soft power

Jeffrey Haynes (2016) aponta em seu texto “Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática” que a influência de atores religiosos na política de um país, em especial, na política externa ocorre através do *soft power*. Para Haynes (2016), os atores religiosos exercem o seu *soft power* através de uma tentativa de influenciar os Governos, utilizando de mecanismos diferenciados, a “[...] adotarem políticas externas que eles acreditam estarem mais sintonizadas com seus valores e objetivos religiosos” (p. 48), bem como declara que esta seria a única maneira que tais atores encontrariam de influenciar a política externa de um país.

É o caso, por exemplo, de países como a Arábia Saudita que vive em um regime teocrático buscando equilibrar os objetivos de segurança tanto religiosos quanto seculares em suas relações internacionais. Como é também o caso de países como Israel, Estados Unidos e Índia, nos quais é possível observar a influência de religiões como o judaísmo, cristianismo protestante e o hinduísmo em suas tomadas de decisão tanto em política doméstica quanto em política externa.

No entanto, com a Constituição de 1979, e a nova estrutura de governo, o islã xiita se entrelaça com as políticas sejam elas domésticas ou externas. Os interesses nacionais do Irã passam a estar de acordo com a sharia islâmica, de maneira que os atores religiosos não só influenciavam o processo de tomada de decisão, mas utilizavam o Estado como instrumento de propagação dos seus valores religiosos. Conforme Kissinger (2015), a doutrina de Khomeini, “[...] concebia o Estado não como uma entidade legítima por si mesma, mas como uma arma a ser empregada segundo a conveniência no contexto de uma luta religiosa mais ampla (p. 155) ”.

Além disso, é importante ressaltar que o Líder Supremo do Irã, aquele que encabeça todo o sistema republicano, estando acima dos três poderes (Executivo, Legislativo e Judiciário) é também o líder religioso da nação. Sendo assim, após a Revolução a relação existente entre a religião e a política não é mais considerada branda, ela passa, portanto, a

apresentar caráter coercitivo. É notório que logo após a Revolução Islâmica, o Irã assume uma posição considerada intervencionista no Oriente Médio, gerando a uma série de hostilidades com os seus vizinhos.

Isso se dá, não só pela perspectiva histórica da responsabilidade iraniana para com a região do Golfo Pérsico presente também no governo de Reza Pahlavi, mas também e, principalmente, devido ao ideal proposto por Khomeini de uma “unidade islâmica”. Tal unidade islâmica consiste na ideia de que o islamismo é universal e a Revolução deveria promover a união de todos os povos islâmicos em um só propósito.

Dessa forma,

O xiismo messiânico de Teerã do começo de 1980 coloca um desafio direto ao status quo regional e a integridade política dos vizinhos árabes do Irã. Em tornar explícita a sua demanda de falar em nome do Islã, a liderança revolucionária de Teerã causou notáveis tensões na relação do país com a Arábia Saudita e outros atores islâmicos de influência no Mundo Islâmico ao tentar “exportar a revolução” (EHTESHAMI, 2002, p. 287, tradução nossa).

Sendo assim, se for levado em consideração o que Haynes propõe em seu texto, a respeito da utilização do *soft power* por atores religiosos para influenciar os processos de tomadas de decisão, ao analisar o caso do Irã, essa abordagem só teria validade até a Revolução Iraniana em si no ano de 1979. Levando em consideração que após o estabelecimento do Governo Islâmico e das mudanças observadas na nova estrutura de governo, os atores religiosos, agora também atores políticos deveras importantes, passam a utilizar o Estado como instrumento coercitivo para a propagação da religião islâmica.

Conforme Armstrong (2001):

Ao converter o Irã novamente em um país islâmico, estava construindo um gigantesco enclave sagrado num mundo ímpio que queria destruí-lo. A experiência da supressão, a noção do perigo e a convicção de lutar contra um mundo cada vez mais secular acarretaram uma espiritualidade combativa e levariam a uma versão distorcida do islamismo. A experiência da supressão fora traumática e resultara numa visão religiosa repressiva (p. 360).

No Irã pós-revolucionário a relação entre religião e política deixa de ser distanciada, ela para de ter um papel de cooptação de seguidores e passa, portanto, a serem entrelaçadas. A religião agora faz parte da estrutura do Estado, é ela quem dita as suas leis, o governo como instituição passa a estar sujeito a sharia islâmica. A relação que antes era concretizada através

de um *soft power*, não pode mais ser vista da mesma maneira. Fica evidente que após a Revolução Islâmica os atores religiosos, agora o próprio Estado, fazem uso do *hard power* para propagação de seus ideais, para alcançar os seus objetivos nacionais ou internacionais, bem como para manter a sustentação do regime.

Em outras palavras, a relação entre política e religião após o estabelecimento do *Wilayat-al Faqih* não se encaixa mais nos termos do *soft power* proposto por Haynes, mas sim passa a assumir uma linha mais dura, coercitiva. Para exemplificar tal comportamento do Irã, basta observar o seu posicionamento diante do sistema internacional pós-Revolução. É o caso da invasão à embaixada norte-americana, apesar de não ter sido realizada pelo próprio governo, mas sim por estudantes universitários, ela não foi desencorajada pelo Aiatolá. Pelo contrário, Khomeini manteve um posicionamento de suporte e encorajamento ao ato, reafirmando sua posição contra a presença dos EUA no Irã e, conseqüentemente, estremecendo as relações do Irã com o Ocidente.

Logo nos primeiros anos da Revolução, em 1980, o Iraque, com suporte dos EUA, invade o Irã e os países iniciam o conflito mais marcante do período pós-revolucionário. Khomeini, apesar de sentir os prejuízos do enfrentamento tanto para o Irã quanto para o sustento da Revolução, ele consegue trazer a guerra a seu favor, e busca utilizá-la como instrumento em uma tentativa de exportar a Revolução para o Iraque. Ele acusava Saddam Hussein de estar sob influência do Grande Satã e tentava instigar a população do Iraque a depor o próprio líder, tendo por princípios os ideais islâmicos xiitas.

Ademais, segundo Demant (2018, p.237), “em nenhum lugar o expansionismo revolucionário muçulmano foi mais nítido do que na guerra contra o Iraque”. Khomeini fez uso da guerra de maneira a promover o seu universalismo islamista associado a um apelo ao patriotismo iraniano.

Sendo assim,

A guerra contra o Iraque, como a crise dos reféns, forneceu ao regime um grito de guerra altamente potente. Até aqueles com fortes reservas sobre o regime estavam dispostos a apoiar o governo em um momento de emergência nacional. Tornou-se uma guerra de inspiração patriótica e também religiosa (ABRAHAMIAN. 2008, p. 176, tradução nossa).

Outro ponto importante de ser evidenciado aqui é a formação das proxies iranianas, fundamentais para a expansão da influência pós-revolucionária, bem como para a obtenção dos interesses nacionais na região do Oriente Médio. A primeira delas, como visto anteriormente, se deu a partir dos interesses do Irã no Líbano e na Síria, encontrando na formação de um grupo de minoria xiita (o Hezbollah) a oportunidade de exercer indiretamente uma intervenção.

A atuação das proxies é vista atualmente como práticas terroristas por nações ocidentais, com destaque para OTAN (Organização do Tratado do Atlântico Norte) e seus aliados. O projeto de atuação por meio de proxies é tão importante para o Irã que o comando de tais operações está diretamente sujeito ao Aiatolá e não faz parte das Forças Armadas iranianas. Ela é controlada, portanto, por uma força independente do exército, a Força Quds. Esta consiste em uma unidade de elite do exército dos Guardiões da Revolução Islâmica (IRGC-sigla em inglês), que é “[...] diretamente responsável por executar guerras não convencionais e atividades de inteligência”, e “[...] proporciona ao Irã a habilidade de realizar operações através das suas proxies em vários países do Oriente Médio e em outros lugares” (OEA, 2010, p. 12). Qasem Soleimani era o general responsável até ser recentemente morto sob a responsabilidade dos Estados Unidos, substituído por Esmail Ghaani.

Dessa maneira, é possível afirmar que até a instauração da República Islâmica em 1979, ou seja, durante o regime do Xá até a Revolução Islâmica, a relação entre política e religião se dá através de um *soft power*. Isso ocorre, pois, o Xá ao adotar uma série de valores ocidentais no processo de modernização do Irã estabelece e incentiva o distanciamento entre o Estado e o Clero. Bem como é possível validar que após a Revolução de 1979 o Irã muda em definitivo tal postura para uma conduta mais coercitiva de maneira a fazer uso do *hard power* para alcançar os seus interesses nacionais que agora correspondem a propagação do islamismo e estão 100% sujeitas ao Líder Supremo que, por sua vez, corresponde a uma figura política e religiosa. Não existe mais essa relação indireta ou sutil, entre o clero e o governo. A partir da Revolução de 1979 o Governo Islâmico tem a autoridade de fazer ser efetivado na política iraniana a jurisprudência islâmica.

O governo também assume uma posição de imposição religiosa coercitiva com a própria população iraniana. O abandono aos valores ocidentais é imposto a partir do momento

em que os valores morais islâmicos são considerados como absolutos para o Irã. Dessa maneira, após a Revolução no Irã, a Guarda Revolucionária foi a responsável por se certificar de que os cidadãos iranianos estavam vivendo conforme a sharia islâmica. Caso apresentassem qualquer resquício de uma vida secularizada, os iranianos estavam sujeitos a prisões e punições. Assim, a política iraniana passa a ignorar a então organização do sistema internacional e busca substituir as normas regulares dominantes no sistema por normas islâmicas do Irã.

3.4 A teocracia Iraniana em um mundo pós-Westfaliano

Após a Revolução Islâmica, é estabelecida no Irã uma teocracia autoritária que tinha por principal interesse transformar a ordem mundial já estabelecida pelo sistema internacional westfaliano. No entanto, apesar da tentativa de Khomeini de isolar o Irã da influência de agentes externos, sejam eles ocidentais ou comunistas, no intuito de sustentar um governo puramente islâmico, o Aiatolá não conseguiu evitar os constrangimentos impostos pelo sistema no qual estava inserido tendo em vista o seu posicionamento estratégico na região e questões econômicas fundamentais para o país.

Khomeini procurou contrariar a ordem Westfaliana pois ela organiza o mundo de uma maneira vista como secular, já que o Tratado de 1648 deu início ao desenvolvimento de Estados seculares, de modo a impulsionar um declínio da importância da religião para as relações internacionais. Tal declínio, segundo Haynes (2016), era reflexo de dois processos internacionais: a modernização e a secularização, de maneira a carregar a suposição principal de que os Estados soberanos eram os principais atores do sistema caracterizado, principalmente, pelo princípio da não intervenção estatal, bem como pela separação entre o Estado e a Igreja.

A doutrina do Aiatolá impõe que:

Todas as instituições políticas no Oriente Médio e para além dele eram “ilegítimas” porque não estavam “baseadas na lei divina”. As modernas relações internacionais guiadas pelos procedimentos adotados em Vestfália repousavam sobre fundamentos falsos porque as “relações entre nações deveriam se apoiar em bases religiosas” e não sobre os princípios do interesse nacional (KISSINGER, 2015, p. 155).

No entanto, apesar de querer provocar mudanças significativas na ordem westfaliana, a Revolução nem o Governo Islâmico teriam sustentação se fossem adotadas apenas as leis

anciãs islâmicas. Dessa maneira, o posicionamento político iraniano frente ao sistema internacional não deixou de ter o seu caráter islâmico pós-revolucionário, caracterizado principalmente pelas tentativas de exportar a Revolução, mas tal posicionamento foi limitado devido a necessidade de ceder às normas seculares do sistema.

Foi preciso, portanto, sucumbir ao liberalismo ocidental secular, bem como ao multilateralismo para que o Irã continuasse islâmico e a nova estrutura de governo se mantivesse consolidada. No entanto, o Irã só veio ceder de fato as normas ocidentalizadas após a morte de Khomeini, tendo em vista que enquanto esteve vivo, o Aiatolá tentou fazer valer a soberania híbrida que foi estabelecida sob a influência dos seus princípios.

Assim:

Com a revolução iraniana, um movimento islâmico dedicado à derrubada do sistema westfaliano adquiriu o controle sobre um Estado moderno e fez valer seus direitos e privilégios “westfalianos” - tomar seu lugar nas Nações Unidas, manter relações comerciais e operar seu aparato diplomático. Dessa forma, o regime clerical iraniano colocou a si mesmo na interseção entre duas ordens mundiais, desfrutando das proteções formais do sistema westfaliano mesmo quando proclamava repetidamente não acreditar nele, não aceitar seus limites e ter como objetivo final substituí-lo (KISSINGER, 2015, p.156).

Um ponto muito importante a ser evidenciado, é que os constrangimentos se iniciam assim que Khomeini retorna do exílio e se inicia o processo de escrita da nova Constituição do Irã. A Constituição iraniana se torna híbrida, ou seja, uma mescla de poder teocrático com um poder constitucional democrático, como reflexo da modernização que já havia sido imposta durante o período do Xá. Nessa mesma linha de pensamento, a Constituição precisava encaixar a religião para que ela atuasse de maneira a não impedir o progresso técnico-científico e militar do país.

Tal necessidade é fruto das imposições feitas ao Irã não só pelo sistema internacional westfaliano, mas também pelo anterior processo de modernização e, principalmente, pelas características geopolíticas e econômicas próprias do Irã, tendo em vista sua localização privilegiada na região do Oriente Médio, bem como o fato de ter uma das maiores reservas de petróleo e gás natural do mundo. Tais características lhe dão uma série de vantagens frente os demais Estados da região, já que nenhum outro goza da mesma situação que o Irã.

As vantagens iranianas consistem, segundo Kaplan (2013, pp. 269-272), na localização geográfica do país, já que quase todo o petróleo e o gás do Oriente Médio estão localizados “[...] entre as regiões do Golfo Pérsico ou do Mar Cáspio”, e “o único país que

tem um pé em cada uma dessas áreas produtoras é o Irã, que se estende do Cáspio ao Golfo Pérsico”. O Irã ocupa o Golfo inteiro sendo, portanto, o possuidor de cerca de “[...] 55% das reservas mundiais de petróleo cru [...]”.

Após a invasão à embaixada americana e o início do conflito com o Iraque, o Irã apresenta uma forte queda em suas exportações de petróleo, bem como ocorre uma diminuição nos investimentos externos diretos, abalando fortemente a economia do país. Os Estados Unidos reagiram à invasão com o congelamento de “[...] aproximadamente US\$ 11 bilhões em ativos iranianos e a imposição de outras sanções” (MALONEY, 2010, tradução nossa), colocando a economia do Irã à beira de um colapso.

Segundo Armstrong (2001), ao iniciar as hostilidades com o Ocidente o Irã perdeu uma série de incentivos que eram fundamentais para a manutenção de um país considerado industrializado. O Irã precisa lidar com a perda da importação de equipamentos essenciais, consultoria técnica e a reposição de peças. O abalo na economia tem por consequência a alta inflação em 1982, acompanhada da escassez dos bens de consumo e do aumento no número de desempregados.

Outro fator importante para os abalos econômicos no Irã foi a virada para esquerda proporcionado pelos princípios revolucionários de “justiça social”. Conforme Maloney (2010), vários setores da economia iraniana foram nacionalizados, de maneira a alargar o papel econômico do Estado e, assim, “todos os setores da economia iraniana vivenciaram um declínio acentuado durante os primeiros anos da Revolução” (MALONEY, 2010, tradução nossa).

Apesar de ser um líder considerado extremamente carismático, e visto pelos seus seguidores como extremamente fiel ao Islã, Khomeini não conseguiu se manter em uma postura na qual não corrompia os próprios princípios. Foram vários os momentos em que precisou usar do seu próprio poder autoritário para passar por cima dos vetos impostos pelo Conselho dos Guardiões, quando as decisões tomadas não estavam de acordo com a sharia islâmica. Tem-se por exemplo, a ordenança de que “[...] os interesses do Estado tomassem a precedência sobre a Constituição ou a Lei Islâmica” (MALONEY, 2010, tradução nossa).

Sendo assim, o Governo Islâmico conseguiu se consolidar no que diz respeito a sua estrutura teocrática, permanecendo até os dias atuais conforme foi estabelecido pela Constituição de 1979. No entanto, a experiência vivida por Khomeini enquanto Líder Supremo do Irã, de se manter isolado de um mundo secular, foi inviabilizada pelas

necessidades que acabam sendo impostas pelo sistema a um Estado industrializado e moderno, como o Irã após a Revolução Branca de 1963. Dessa forma, ainda em seu leito de morte, Khomeini se vê obrigado a fazer modificações de maneira a deixar o Irã mais flexibilizado para o sistema. As mudanças concretas, no entanto, só acontecem no governo do seu sucessor.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Como foi possível observar a partir da análise de conteúdo bibliográfico, o Governo de Reza Pahlavi foi o encarregado por impulsionar as tensões políticas e sociais que levantaram a Revolução que derrubou o seu próprio regime. Com o projeto de modernização (reforma agrária, de melhorias na educação, na saúde e ampliação dos direitos das mulheres) e o anseio de transformar o Irã em uma potência regional, corporificado na Revolução Branca, o Xá intensifica a desigualdade social, aumenta a riqueza de uma pequena parcela da população e intensifica uma série de problemas políticos.

Tendo a Revolução Branca sido possibilitada pela aproximação com os Estados Unidos e, tendo por uma das consequências a importação dos valores ocidentais para a cultura iraniana, a Revolução Islâmica se opunha também a tal relação. Culpando os EUA pela influência sob o Xá e condenando-os pela secularização do Irã e pela ameaça de destruição do Islã no país.

A Revolução Islâmica instaura em 1979 a República Islâmica do Irã, nova estrutura de governo na forma de Governo Islâmico, sendo este proposto pelo Aiatolá Khomeini ainda durante a revolução do Xá na década de 1960. A consolidação de tal governo ocorre a partir do estabelecimento de nova constituição, substituindo a anterior de 1906, instituindo, portanto, um governo no qual a soberania era compartilhada entre Deus e o povo.

Tal constituição híbrida é formada pelos poderes republicanos - Executivo, Legislativo e Judiciário. No entanto, ao contrário das demais repúblicas, na República Islâmica do Irã as leis correspondem aos mandamentos divinos, já estabelecidos por Deus no Alcorão através do Profeta Maomé. O poder Executivo, encabeçado pelo Líder Supremo, é o grande responsável por garantir que as normas divinas sejam implementadas. Apesar dos cargos dos demais poderes serem democráticos, no sentido de serem determinados a partir de eleições, todos estão sujeitos às determinações da Sharia Islâmica, sendo fiscalizados pela Assembleia dos Guardiões.

Ficou notório também que a consolidação de tal governo ocorre em meio a uma tentativa de rompimento com a atual ordem do sistema internacional Westfaliano. O Irã, no

contexto de Guerra Fria, assume uma postura anti-ocidental, bem como anti-comunista. A sua tentativa de se isolar era em busca de alcançar os seus ideais islâmicos. Em outras palavras, Khomeini e o Irã Islâmico buscam desafiar a ordem com o intuito de mudá-la através da exportação da Revolução para os demais países da região. Tal postura mais intervencionista leva a uma série de hostilidades com os seus vizinhos, em especial o Iraque, com quem o Irã ficará em guerra por 8 anos.

Ademais, a partir da análise bibliográfica, discute-se os conceitos que procuram definir a atuação política do Irã pós-Revolucionário a partir de uma vertente religiosa islâmica. Concluindo-se que o Islã é para o Irã, em primeiro lugar, um elemento de coesão social, fazendo parte do reconhecimento da população e a noção de pertencimento à comunidade. Tal coesão social foi fundamental para os movimentos pré-revolucionários contra o governo do Xá até 1979.

Conceitos como fundamentalismo muçulmano passam também a ser incorporados a religião islâmica e ao seu posicionamento político, tendo em vista que a religião islâmica deixa de ser vista apenas como religião e passa a ser vista como uma ideologia, bem como um movimento que procura propagar os seus valores e a sua moral em detrimento dos valores ocidentais modernos, por sua vez, considerados seculares. O entendimento a respeito do fundamentalismo muçulmano, proposto por Demant, abre espaço para questionamentos a respeito da perspectiva de conceitos ocidentais para compreensão de acontecimentos orientais.

Neste sentido, levanta-se o questionamento: tais abordagens não estariam impregnadas por uma perspectiva ocidental ao analisar a relação entre política e religião no Oriente? Tais noções, como a fundamentalista, podem apresentar visões reducionistas para o entendimento do processo histórico analisado. Portanto, faz-se necessário contrastar os conceitos ocidentais e orientais em busca de eventuais diferenças de abordagens e entendimento relativos ao objeto em análise. Sugere-se a realização de novas análises sob o objeto de maneira a comparar a perspectiva dos atores orientais e ocidentais, tendo em vista que foi observado, mesmo que brevemente, que para os conterrâneos da Revolução, ou seja, autores de origem persa, como Ervand Abrahamian e Abbas Amanat, ela não apresenta uma perspectiva com enfoque na religião como causadora principal dos acontecimentos de 1979 no Irã. Pelo contrário, tais historiadores ressaltam a participação de Khomeini, bem como as tensões políticas e sociais

que foram impulsionadas pelos projetos modernizantes do Xá. Tais tensões teriam na moral islâmica um fator de coesão social, variável ainda muito viva e ativa na comunidade iraniana na atualidade.

Além disso, apesar de pesquisadores inserirem a relação da religião islâmica com a política iraniana em um contexto de soft power, fica notório a partir do estudo dos fatos históricos e do contexto político no qual o Irã estava inserido que tal relação não se sustenta após a Revolução de 1979. Como justificativa tem-se o fato de que o Irã pós-revolucionário se encontra em um regime teocrático que, por sua vez, utiliza do Estado como instrumento de propagação dos seus ideais revolucionários, para isso assume meios intervencionistas e coercitivos, assumindo então uma postura de hard power.

Em suma, exposto e analisados os fatos, fica evidente a rica história do Irã, bem como a sua relevância para o estudo das Relações Internacionais, em especial, na relação entre ciência das religiões e ciência política na atualidade. Abre-se espaço para novos caminhos de pesquisa a serem percorridos. E uma atenção muito especial as lentes que são utilizadas para enxergar acontecimentos em contextualizações distintas.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ABBAS, Amanat. **Iran: A modern History**. Yale University Press, 2017.

ABRAHAMIAN, Ervand. **A History of Modern Iran**. Cambridge University Press: 2008.

ALVANDI, Roham. Nixon, Kissinger, and the Shah: the origins of Iranian primacy in the Persian Gulf. **Diplomatic history**, v. 36, n. 2, p. 337-372, 2012.

ARMSTRONG, Karen. **Em nome de Deus: o fundamentalismo no judaísmo, cristianismo e no islamismo**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2001.

BILL, James A. **Iran and the Crisis of 78**. Foreign Affairs. v. 57, n.2, p.323-342, 1978.

DEMANT, Peter. **O Mundo Muçulmano**. 3º Ed., 4º reimpressão- São Paulo: Contexto, 2018.

EHTESHAMI, Anouhiravan. **The Foreign Policy of Iran**. In: The foreign policies of Middle East states. BOULDER, Co.: Lynne Rienner, 2002, pp. 283 -309.

HALLIDAY, Fred. **The Middle East in International Relations: power, politics and ideology**. Cambridge University Press, 2005.

HARRIS, Kevan. The Bazaar. **The Iran Primer**, ed. Robin Wright (Washington, DC: United States Institute of Peace Press, 2010). Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/bazaar>. Acessado em: 27/09/2020.

HAYNES, Jeffrey. Religião nas Relações Internacionais: Teoria e Prática. In. Carletti, Ana; Ferreira, Marcos Alan. **Religião e Relações Internacionais: Dos Debates Teóricos ao Papel do Cristianismo e do Islã**. Curitiba: Juruá Ed, p. 15-42, 2016.

HERMANN, Charles F. Changing Course: When governments choose to redirect Foreign Policy. **International Studies Quarterly**, v. 34, n.1, pp. 3-21, 1990.

HOURANI, Albert. **Uma História dos Povos Árabes**. São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2006.

IRÃ. **Constitution of Islamic Republic of Iran**. (Edited Version), 1989.

KAPLAN, R. D. **A vingança da geografia**: a construção do mundo geopolítico a partir da perspectiva geográfica. Rio de Janeiro: Elsevier, 2013.

KHOMEINI, Imam; ALGAR, Hamid (Tradutor). **Islamic Government: Governance of the Jurist**. Theran: The Institute for Compilation and Publication of Imam Khomeini Works, 1971.

KISSINGER, H. **Ordem Mundial**. Rio de Janeiro: Objetiva, 2015.

MALEK, ABBAS. **News media and foreign relations: a multifaceted perspective**. New Jersey: Ablex Publishing Corporation, 1996.

MALONEY, Suzanne. The Revolutionary Economy. **The Iran Primer**, 2010. Disponível em: <https://iranprimer.usip.org/resource/revolutionary-economy>. Acesso em 28/10/2020.

MUMFORD, Andrew. Proxy Warfare and the Future of Conflict. **The RUSI Journal**, v. 158, n. 2, p. 40-46, 2013. Disponível em: <https://www.tandfonline.com/doi/full/10.1080/03071847.2013.787733>. Acesso em 29/10/2020.

Operational Environment Assessment, TRADOC, TRISA. **Iran OEA - Political**. Abril, p. 1-37, 2010.

SANDAL, Nukhet A.; FOX, Jonathan. **Religion in international relations theory: interactions and possibilities**. Routledge, 2013.

SATRAPI, Marjane. **Persépolis I e II**. Tradução Paulo Werneck. São Paulo: Companhia das Letras, 2007.

SOLTANI, Fakhreddin; AMIRI, Reza Ekhtiari. Foreign Policy of Iran after Islamic Revolution. **Journal of Politics and Law**, vol. 3, n. 2, September 2010.

SZKLARZ, Eduardo. **De onde vem a diferença entre os xiitas e sunitas?**. Aventuras na História, 2019. Disponível em: <https://aventurasnahistoria.uol.com.br/noticias/reportagem/diferenca-xiitas-sunitas-historia.php> tml. Acessado em 13/10/2020.

THOMAS, S. **The Global resurgence of religion and the transformation of international relations**: The struggle for the soul of the twenty-first century. Nova York: Palgrave Macmillan, 2005.

WELLS, M. C. Thermidor in the Islamic Republic of Iran: The rise of Muhammad Khatami. **British Journal of Middle Eastern Studies**, v.26, n. 1, p. 27-39, 1999